



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022-2026)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE MARÇO DE 2025

Presidente: Ex.ma Sra. Celmira Sacramento

Secretários: Ex.ma Sra. Bilaine Ceita

Ex.mos Srs. Silvestre Mendes

José Rui Cardoso

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 5 minutos.

Deu-se continuidade ao debate e apreciação conjuntos, na especialidade, das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano 2025, com a Área Social.

Usaram da palavra, a diversos títulos, o Ministro de Estado da Economia e Finanças (Gareth Guadalupe), os Ministros das Infra-Estrutura e Recursos Naturais (Nelson Cardoso), do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável (Niida da Mata), da Agricultura Pescas e Desenvolvimento Rural (Nilton Garrido), da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher (Vera Cravid), que responderam às

questões dos Srs. Deputados Abnildo d' Oliveira (ADI), Delfim Neves (BASTA), Messias Pereira (ADI), António Faleiro, Aleksander Lima (ADI), Celisa Aguiar (ADI), Baltazar Quaresma (MCI/PS-PUN), Eldímiro Manuel (MCI/PS-PUN), Gabdúlo Quaresma (MLSTP/PSD), Alda Ramos (ADI), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Wuando Castro (MLSTP/PSD), Laudino de Jesus (ADI), Teodórico Campos (ADI), Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN), Ossáquio Riôa (ADI), José António Miguel (ADI), José Maria Barros (MLSTP/PSD) e Conceição Moreno (MLSTP/PSD).

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 14 horas e 15 minutos.

A Sra. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 5 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d'Oliveira

Alberto da Trindade Luís

Albertino Amélia da Cruz

Alda Quaresma da Costa D'Assunção Ramos

Aleksander Monteiro Lima

Arlindo Quaresma dos Santos

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento

Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço

Celisa Maria Martins dos Reis Aguiar

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d'Alva Teixeira

Ernestino Pedro Barroso

Honório da Luz Sousa Pontes

Itelmiza Duarte Monteiro Pires

Izilda Quaresma dos Ramos Domingos

Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

José Carlos Cabral d'Alva

Jozino Malupane da Veiga

Laudino Afonso de Jesus

Lourenço Aguiar Freitas

Messias Luís Fernandes Pereira

Nito de Sousa Viegas d'Abreu

Orlando Borges da Mata

Olinto Andrade Vaz do Rosário

Ossáquio Perpétua Riôa

Salcedas d'Alva Teixeira Barros

Silvestre Moreno Mendes

Sólito da Cunha Lisboa Neto

Teodorico de Campos

Wilter Kathelen das Neves Boa Morte

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Andrade Correia Catarina

Arlindo Barbosa Semedo

Conceição Vieira Moreno

Eláckcio Afonso da Marta

Ermilinda José Dias Borges de Castro Menezes de Pinho

Filomena Sebastião Santana Monteiro d'Alva

Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca Quaresma

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Gaudêncio Luís Costa

Jerónimo Lima Pires Quaresma

Jorge Lopes Bom Jesus

José Rui Tavares Cardoso

José Maria Afonso de Barros

Osvaldo Eduardo João

Osvaldo António Cravid Viegas d'Abreu

Raúl do Espírito Santo Cardoso

Wuando Borges de Castro de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista-Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

António dos Reis Faleiro

Baltazar Albertina Quaresma

Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

Eldimiro Emiliano Manuel

Hélio Fernandes da Costa Lavres

Movimento BASTA (MB)

Delfim Santiago das Neves
Levy do Espírito Santo Nazaré

A Sra. **Presidente**: — Temos quórum e vamos começar. Temos já na Sala, do Grupo Parlamentar do ADI, 20 Deputados, do MLSTP/PSD, 8 Deputados, do MCI/PS-PUN, 3 Deputados. Estamos em 31 Deputados e podemos começar, mas vamos esperar só os Membros do Governo.

Pausa.

Ficamos a todo tempo à espera dos Membros do Governo. E porque esta plenária não tem outros assuntos a serem tratados, não há período de antes da ordem do dia, vamos suspender, e assim que chegarem os Membros do Governo, os Ministros afectos à áreas que vamos tratar, nós retomamos.

Está suspensa a sessão.

Eram 9 horas e 5 minutos.

Vamos retomar. Eu digo retomar, porque hoje nós conseguimos começar às 9 horas.

Eram 9 horas e 25 minutos.

Sáudo, mais uma vez os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, os nossos tradicionais e habituais Técnicos, os da Comunicação, os de Apoio ao Plenário, os Assessores, e todos os Técnicos que de alguma forma conseguem fazer que a nossa voz e os nossos trabalhos cheguem em casa, e também os nossos habituais seguidores.

Nós sabemos que enquanto nós anunciámos a realização da plenária, muita gente, mesmo trabalhando, se colocam à disposição, para estar a nos acompanhar. A esses também o nosso muito bom dia.

A Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, Sr. Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais, Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, muito bom dia.

Portanto, para os nossos trabalhos de hoje, nós já temos na Sala os Ministros dos respectivos Ministérios, Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais, Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, pelo menos esses dois primeiros nós já temos, então, não vamos perder mais tempo.

Mas antes eu gostaria de colocar uma sugestão e pedir a opinião dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas. Tendo em conta que nós precisamos, mais tarde, de um tempo, para quem quiser ir ao funeral não estar aqui a trabalhar, não estamos a exigir, nem estamos a dizer que é algo obrigatório, mas nós devemos deixar um espaço para quem conseguir ir, sem ter que se preocupar com o trabalho.

O nosso tradicional intervalo das 13 horas, hoje pontualmente estou a solicitar se o faremos às 13 horas, para retomarmos às 14 horas e suspendermos às 15 horas, ou se vamos directo até às 14 horas, para daí estarmos livres.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Sim, segunda opção.

Vozes: — Sim.

A Sra. **Presidente**: — Vamos até às 14 horas.

O Sr. Vice-Presidente, Abnildo d'Oliveira, tem uma contra proposta, pode apresentá-la, por favor.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Obrigado, Sra. Presidente.

Não é para contrariar isto, mas é apenas para levar à reflexão de todos.

É verdade que faleceu um ex-Deputado, é verdade que é pai de um Deputado em efectividades, mas podemos não concluir os trabalhos hoje. A minha sugestão é: ou suspendemos o trabalho e remetemos para amanhã, ou continuamos o trabalho e a Assembleia faz-se representar. Sendo um órgão colegial, pode muito bem ir um dos Vice-Presidente mais os Líderes Parlamentares, mais um Secretário ou Secretária da Mesa, de modo que a Assembleia Nacional esteja representada, e os trabalhos continuam, para nós podermos avançar.

Esses dias todos estamos a sair 18,19 horas. Esta é uma sugestão que eu ponho à consideração.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente, pela sugestão.

Sendo assim, temos duas propostas, fico à espera da reação dos Srs. e Sras. Deputadas.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Primeira proposta.

A Sra. **Presidente**: — Vamos agir, para nós começamos.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — 14 horas avançamos.

A Sra. **Presidente**: — Já neste caso eu solicitaria aos Líderes Parlamentares.

Reação do Líder Parlamentar do ADI? Pode fazê-lo em directo, por favor.

Eu estou a querer a reação dos Líderes, em direto, por favor. Falar no microfone.

Vamos ganhar tempo. Quem cala, consente. A primeira proposta vence?

A segunda?

Como é que fazemos?

Eu tenho que agir com base na reação dos Srs. Deputados.

É assim, nós sabemos que todo mundo não vai, nem precisa ir, não é obrigatório, mas nós também sabemos que devemos deixar espaço para quem quiser ir. É um assunto.

O outro, como argumentou muito bem o Sr. Vice-Presidente, pelo facto de nós termos uma agenda que podemos não terminar hoje, nós irmos em representação e todo resto continuar, mas é verdade que também se nós agilizarmos os trabalhos, nós temos quatro ministérios, até 14 horas, terminarmos.

Murmúrios.

Mas eu preciso da reação, eu preciso continuar a trabalhar.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Como eu disse, Presidente, tratando-se de uma situação que submeter à votação não fica bem, eu retiro a minha proposta.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Vice-Presidente. Então, vamos continuar até às 14 horas.

Muito obrigada a todos.

Aplausos.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Presidente.

Eu venho cá dirigir-me às Sras. e Srs. Deputados, antes de mais, bom dia Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, as minhas cordiais e efusivas saudações.

Eu tomo a palavra, compreendam-me, eu venho cá para pedir às Sras. e aos Srs. Deputados que, no âmbito da assunção da nossa responsabilidade, os homens passam e as instituições ficam, todo o brilho de cada um, seja Deputado, seja o Líder Parlamentar, Presidente ou Vice-Presidente da Assembleia, é verdade que um e outro poderá tirar louro individual, mas o mais importante é que a instituição é que vai brilhar.

Na minha comunidade...

...eu vou chegar, porque é interpelação à Mesa, mas preciso fazer essa introdução.

Na minha comunidade cristão, minha igreja, por mais que o pianista brilhe ao tocar o piano, não é ele que brilha, quem brilha é Deus.

Por mais que haja vozes angélicas, que o anjo esteja a cantar e louvar, não vai brilhar. Quem brilha é Deus.

Por mais que o pregador, pregue e haja cura, o brilho é de Deus.

A Cesar o que é de Cesar, a Deus o que é de Deus.

Na nossa Casa, por mais que cada um possa brilhar aqui, é a instituição. E nós, Assembleia Nacional, ontem, fomos os Deputados da Assembleia Nacional, os 55 Deputados, foram enxovalhados, maltratados, espezinhados. Eu estive cá às 9 horas, quando entrei na Sala, estava a Ministra da Justiça, eu não estive no Grupo Parlamentar inicialmente. Quando eu passei, vi a Ministra, e perguntei à Ministra onde é que estava o Ministro das Finanças e os outros. Disse-me que o Ministro das Finanças estava a presidir a um acto e não ia poder chegar a tempo. Então, desloquei-me ao meu Grupo Parlamentar e informei ao Líder. Portanto, nesse compasso de espera, nós estivemos no Grupo Parlamentar. Até porque quando nós regressamos à Sala, o Ministro das Finanças não estava. E quando nós discutimos na especialidade qualquer lei, falamos de outras leis, há necessidade da presença dos Ministros. Mas, no caso em particular, o Orçamento Geral do Estado, os Ministros sectoriais, sobretudo o Ministro das Finanças, têm que estar. Se o Ministro das Finanças não estiver, não há como nós iniciarmos o debate do Orçamento. Logo, a culpa de termos iniciado os trabalhos ontem atrasado não foi dos Deputados. Os 55 Deputados, eu passai pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, estava reunido. Nós saímos daqui antes de ontem 18,19 horas, há Deputados que moram distante, e quando nós regressamos de manhã, é necessário fazer concertos, porque estamos na votação de mapas também, não é só a lei. Mas nós não discutimos mapas. É necessário que os Grupos Parlamentares concertem a ideia, para fazer um trabalho mais coeso. E nós não estamos aqui para brincar. Cada um tem a sua virtude, cada um tem os seus defeitos e limites, mas nós estamos aqui a dar o nosso melhor para São Tomé e Príncipe.

Ligaram para mim, ontem, a dizer: «Sr. Abnildo, o senhor tem dito que se tem que fazer nova abordagem, mas os senhores estão a portar-se mal. Aquilo que a Presidente da Assembleia disse, vocês não estão a porta-se bem». Esta manhã também fui abordado. E ao chegar em casa vi alguém que fez uma publicação, e eu passo a citar essa publicação. E é um cidadão são-tomense, de nome Vera Cruz, na diáspora. E ele diz num dos parágrafos: «Hoje, ouvi a Presidente da Assembleia, Celmira Sacramento, a acusar os Deputados de falta de rigor, de sinceridade e correção, nos últimos dois anos e quatro meses, devido aos sucessivos atrasos no início dos trabalhos parlamentares. É muito grave.» Ele disse isso e um conjunto de coisas que eu não vou aqui citar.

Depois diz: «O são-tomense não é patriota e não ama São Tomé e Príncipe.»

Eu amo este país e muitos que estão cá nesta Sala amam este país.

Vozes do MLSTP/PSD e do MCI.

Todos os Deputados. Nós todos amamos este país e estamos a dar o nosso melhor com os nossos limites e as nossas limitações.

E digo mais, ele diz: «Quem não ama não respeita.» Eu digo que é inverso. «Quem não respeita não ama». É necessário que se respeite as pessoas.

À Mesa, Sra. Presidente, agora dirijo-me, com todo respeito.

A Sra. Presidente da Assembleia Nacional é a segunda figura do Estado. A Assembleia Nacional é segundo Órgão, mas a Presidente da Assembleia é a segunda figura do Estado. Logo, a Sra. Presidente tem direito a honras, ao respeito, à dignidade, e à precedência protocolar, e todos os Deputados e funcionários devem isso à senhora. É verdade que a Presidente da Assembleia quer demonstrar e puxar os Deputados, para que a gente inicie os trabalhos a tempo, é uma iniciativa boa. Contudo, peca, porque a Sra. Presidente não pode sentar-se nesta cadeira sem a Mesa estar completa. Os Secretários, os quatro Secretários da Mesa que nós temos, vivem distante, Caué, Lembá, e a Secretária que vive em Cantagalo também apanha boleia do carro que vai buscar os Deputados de Caué. Logo, se a Mesa não estiver completa, protocolarmente, não fica bem a Presidente da Assembleia chegar sentar-se na cadeira sozinha, à espera dos Secretários. Protocolarmente, não fica bem. Por esta razão, eu peço à Sra. Presidente, a todas as Sras. e os Srs. Deputados, que nós estamos...

Além do mais, há momentos em que uma ou outra bancada têm a necessidade de proceder à substituição dos Deputados. Enquanto os Deputados não tomaram posse ainda, a Comissão que verifica os mandatos tem que reunir, logo, atrasa também o início dos trabalhos.

A Assembleia é um órgão muito dinâmico, e nem sempre vamos cumprir o horário, mas fazemos todo esforço para que se cumpra.

Eu, Abnildo d' Oliveira, nesta Casa Parlamentar, nos últimos quatro anos, posso dizer sou o primeiro Deputado a chegar aqui. Só os encarregados de jardim e de limpezas chegam aqui antes de mim. Eu, às sete da manhã, estou no gabinete, com raras sessões.

E nessa postagem desse senhor, um deputado comentou, dizendo: «Os meus pares estão a banalizar a República.» Acontece que este mesmo Deputado que comentou, hoje não está na Sala, quer dizer que ele está a banalizar República.

Vozes: — Quem é?

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Diz o nome.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Não vou dizer o nome. Nós temos que ser coerentes, há uma República.

Eu, Abnildo d'Oliveira, fui talhado, disciplinado, educado, para respeitar a hierarquia e os colegas. Então, eu não venho dar lição de moral a ninguém, mas venho fazer apelo. Eu respeito a hierarquia, respeito os meus pares, respeito aos funcionários, nunca faltei com o respeito a ninguém. Eu penso que nós todos estamos a dar o nosso melhor, e a imagem que se passou ontem, de dizer que os Deputados não estão a agir com rigor, não estão a fazer... Nós ficamos aqui até 18, 19 horas. Se fosse para ficar até às 22 horas, ficaríamos, se fosse necessário.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Eu, aos meus 49 anos, e destes 49 anos, 20 como professora, até hoje tenho o respeito dos pais, encarregados de educação, dos meus alunos, mesmo daqueles que ficaram retidos, têm grande respeito por mim, e eu por eles. Durante esse tempo todo da minha existência, não há um ser humano que insurgisse contra mim, dizendo que eu lhe faltei com respeito. Não há um, até agora, que eu tenha conhecimento. A não ser aqueles que falam e fazem comentários nas redes sociais, dizem coisas, mas para dizer de viva voz, perante mim, que eu faltei com respeito e apontar o dedo, não há. Nem enquanto aluna, estudante, professora, enquanto cidadã normal, como parlamentar então, infelizmente não temos outros três com quem eu coabitei neste espaço, mas temos um e último que está cá connosco, graças a Deus, e pode testemunhar quando é que a Sra. Deputada Celmira Sacramento insultou quem quer que seja, mesmo

os adversários. Tanto é que eu sou mais acarinhada pelos adversários do que pelos do meu Grupo Parlamentar. Que digam o contrário aqui.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Agora, uma coisa é, eu não vou justificar muita coisa, porque cada um de nós comunga a sua fé. A minha fé cristã me educa a não querer razão, mas a querer paz. E eu, como quero paz, sou pela paz, não respondo a muita provocação. Mas é verdade que, durante os 2 anos e 4 meses, eu, Celmira Sacramento, sempre estive cá sentada. Eu é que chego e toco a campainha. Nenhum Deputado venha me dizer o contrário. Durante 2 anos e 4 meses.

Aplauso do MLSTP/PSD.

E ontem isso me passou, eu sou humana. Se houve uma situação pontual ontem, era ontem, e outros dias? Nós combinamos, na Conferência de Líderes, perante todos os Líderes, perante o Ministro dos Assuntos Parlamentares, a sessão plenária para as 9 horas. Vocês é que têm que me dizer, minha gente, 9 horas, Sra. Presidente, não vai dar.

Eu já estive aqui à espera dos Deputados que veem do longe, mas esses são poucos, sem eles podemos trabalhar. Mas vocês querem que eu venha cá dizer que todos os Deputados estão cá 9 horas? Eu não digo. Deus é que diz para mim. Porque os técnicos todos ficam aqui quando eu chego. Eu não vejo um deputado na Sala, durante 4 anos e 4 meses, a questão de ontem foi uma questão pontual, mas eu tinha que dizer, os Srs. Deputados que me perdoem. Eu tinha que dizer. Eu não menti para ninguém, não diminui ninguém, não minimizei ninguém. Eu só disse a verdade. E a prova disso é que hoje, quando eu cheguei às 9 horas, nós tínhamos quórum para começarmos.

Aplausos.

Tudo nesta vida tem limite. Quantas coisas que não dizem de mim por aqui, quantas coisas que eu não ouço do meu Grupo Parlamentar?

Uma voz: — Chega, Presidente!

Murmúrios.

Aplausos.

A Sra. Presidente: — Sr. Vice-Presidente, Arlindo Barbosa, é favor pegar por algum tempo para mim? Antes, tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Muito obrigado, Sra. Presidente, cumprimentar a todos.

Vi logo o seu gesto de pedir para ser substituída na Mesa, porque está emocionada. Eu penso que nós temos que ter mais serenidade aqui nesta Sala. Por maior razão que um lado ou outro possa ter, por maior culpa que um lado ou outro possa ter, como dizia bem o Vice-Presidente Abnaldo, cairá sobre nós todos. Mas não é apenas por este discurso que foi feito pelo Vice-Presidente e nem a advertência feita pela Sra. Presidente. É também pelas nossas próprias intervenções. Às vezes queremos tirar louro, mas estamos a atirar faros depois para um lado, pensando que estamos a desgastar a imagem de qualquer um deputado, quando estamos a desgastar a imagem de nós todos.

Mas eu quero pedir uma coisa aqui, nós temos que disciplinar os aplausos. Quando há intervenções de chamada de atenção para dentro, onde nós queremos a paz, queremos união, queremos resgatar a nossa própria imagem, essas palmas não ajudam. Nós batemos palmas para tudo aqui. Eu, às vezes, pergunto à minha colega de lado, estão a bater palmas para quê? E é isso que acontece. Porque palmas significa que a senhora está bem, palmas significa que o senhor está bem. O aplauso que se deu ao Vice-Presidente, não devia, vamos ser claros. Não pode! Ele fez uma declaração, achou que nós fomos enxovalhados, na perspectiva dele. A senhora também veio responder, com sua razão, mas nenhum lado nem outro merece aplausos, porque aplausos magoa um lado ou outro.

Mas já está no fim, Sra. Presidente, continua dirigindo os seus trabalhos, com serenidade, com calma, isto é mesmo assim, e nós estamos na democracia. A Assembleia é um estado plural, com pessoas de várias sensibilidades. Portanto, nós temos que entender isso. Para quem já passou, melhor do ele não poderá dizer...

Uma voz: — Ao contrário.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Ao contrário.

Já agora, para nós sairmos deste campo, antes que chegue o Ministro das Finanças, para nós começarmos os nossos trabalhos, tenho também uma proposta prévia. Nós vamos discutir hoje praticamente áreas económica e financeira no seu todo. Ontem, um deputado, eu enalteci isso, ao fazer a sua intervenção na área social, disse que queria fazer uma intervenção genérica e integrada. Na realidade, disse isso ontem, ele tinha razão e hoje mais razão terá. Não há como discutir o ambiente sem passar pelo Ministério da Agricultura, da Saúde, sem passar pelo Ministério das Infra-estruturas, pelas Câmaras. Não há como. Não há como discutir também algumas áreas económicas sem passar pelas Infra-estruturas, pelo Ministério da Economia.

Daí que a minha proposta seria discutirmos esta área de forma integrada, e cada Ministro vai tirando nota, em função das intervenções, depois responderá separadamente. Porque tentei fazer esse exercício, não há como. Porque depois se fecha economia e já não se pode falar de Economia; fecha Ambiente, já não se pode falar do Ambiente. Não, não vai ser possível. Pelo menos nesta área, não é possível. Então é a minha sugestão à Mesa, a Mesa proporá se devemos discutir de forma integrada todos esses Ministérios das áreas económica e financeira ou separadamente, como vínhamos.

A Sra. Presidente: — Antes pelo conselho e depois pela sugestão.

Com relação à discussão, não há problema nenhum desde que sejam os ministérios propostos para hoje. Mas é para dizer também que na nossa agenda o início é para as 9 horas, não recebi, em momento algum, nenhuma comunicação a dizer: «Sra. Presidente, vamos atrasar-nos, nos dê mais 10, nos dê mais 20 minutos». A minha obrigação é comprometer-me com o horário que marquei, por isso às 9 horas estou, estive e vou estar aqui. Porquê? Sou a Presidente da Assembleia para esta Legislatura, que já vai terminar daqui a pouco, se Deus permitir que eu termine. Mas eu, como Celmira Sacramento, vou deixar o meu legado. Qual é o meu legado? Todo o horário que eu agendo, comprometo-me com ele. Não me vou atrasar por causa do outro. Portanto, estando a Sra. Secretária, estando o Sr. Vice ou não estando ninguém na Sala, o meu horário são 9 horas. Ninguém vai dizer que a Assembleia atrasou-se, porque a Sra. Presidente atrasou. Ninguém vai dizer que a Presidente não esteve presente, por isso não se começou cedo. Que venha o Sr. Ministro, que não venha, que venha a Secretaria, que não venha, tenho conseguido até agora, espero conseguir que para os horários agendados por mim, Deus me ajude a continuar a cumprir. Nisto vou me comprometer. Quando eu não puder, por qualquer motivo, informo. Não vou poder estar, chego atrasada, há relógio, há telefone, há comunicações para isso. Então, podem dizer o que quiserem dizer, não é protocolar, não é, eu vou estar aqui sentada, em todo o horário que eu me comprometer.

Só para contar um pequeno episódio, uma vez eu tinha agendado uma audiência para as 10 horas. Quando me metia no carro para sair, o carro oficial não estava bom, não estava a arrancar, não saiu e não tinha na porta de casa o meu carro pessoal. O que eu fiz? Meti-me no carro de escolta e vim. O que aconteceu? A audiência correu no horário previsto. Se eu fosse ficar em casa porque sou muito fina, não quero descer de salto para entrar no carro de escolta, as pessoas que pediram um encontro connosco ficariam aqui. E ficava o quê? São-tomenses, leve-leve, não cumprem o horário. Quem sabe que vim no carro de escolta? Ninguém. Mas vim no carro de escolta, e não fiquei menos ou mais Celmira do que eu já era. Mas sei que fiquei mais Celmira, porque cumprí com o horário que agendei, e isso ninguém me vai tirar.

Já chegou o Sr. Ministro da Economia e Finanças...

O Sr. José António Miguel (ADI): — Interpelação à Mesa.

A Sra. Presidente: — Se é interpelação à Mesa para essas coisas prévia, não vou passar a palavra. Vamos ultrapassar tudo isso, vamos continuar com os nossos trabalhos.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Há um colega que disse...

A Sra. Presidente: — Não disse quem pediu a interpelação à Mesa, mas só estou a dizer que vamos ultrapassar.

Quero agradecer mais uma vez o Sr. Deputado Delfim Neves, porque enquanto falava me permitiu fazer uma introspecção e chegar a mim. Porque eu que toda gente conhece não sou pessoa que berra.

O Sr. Ministro já chegou, vamos começar os nossos trabalhos.

Estava a sugerir o Sr. Deputado Delfim Neves que fizéssemos uma abordagem integrada de tudo quanto temos para hoje, que é à volta do Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais, à volta do Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural; Ministério do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável e o próprio o Ministério da Economia e Finanças.

Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Ferreira.

O Sr. Messias Ferreira (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe, população da Região Autónoma do Príncipe, bom dia.

Ministério das Infra-estruturas.

Sr. Ministro, começo aqui através de muitas solicitações dos empresários da Região Autónoma do Príncipe, principalmente os da área de construção. Outrora, havia uma delegação do INAE na Região Autónoma do Príncipe e nela estava um engenheiro que fiscalizava as estradas e tinha alguma

representação a nível empresarial na área da construção. Neste momento, há cerca de três anos, este Departamento não funciona, por não ter qualquer representação na Ilha do Príncipe. Sei que outrora não tinha essas competências, mas penso que com uma representação do Ministério das Infra-estruturas, mesmo através do INAE, podemos tratar de pequenas documentações a nível de renovação, principalmente na renovação dos alvarás das empresas, porque a maioria das empresas da Região Autónoma do Príncipe operam sem alvarás ou com alvarás caducado, porque precisam de se deslocar a São Tomé para poderem tratar dessas documentações, o que acarreta um custo bastante elevado para as empresas, principalmente as pequenas empresas. E também pelos concursos públicos, sempre que há concursos públicos para obras, não só na Região Autónoma do Príncipe como a nível nacional, os empreiteiros da Região Autónoma do Príncipe não têm acesso a essa informação, por isso logo a partida fica inviabilizada a sua participação nesses concursos, razão pela qual 99% das empreitadas lançadas pelo Governo Central para a Região Autónoma do Príncipe são empresas de São Tomé que se deslocam ao Príncipe para executar essas empreitadas. Não digo que as empresas de São Tomé não o possam fazer, mas não pode ser praticamente a 100%, isto é injusto.

Também para o Sr. Ministro das Infra-estruturas, aqui no Orçamento, na página 2 de 6 diz «acesso a energia limpa resiliente», tem um valor de 100 milhões de dobras. Eu gostaria de saber, Sr. Ministro, se dos 100 milhões de dobras está contemplado algum valor para a Região Autónoma do Príncipe, para as energias renováveis e limpas. Não precisa de muito valor para isso, porque já foi aqui dito que o Príncipe precisa apenas de 1.2 Mw de energia. Está na página 2 de 6, rubrica 6517.

Esqueci-me de dizer para ver se consegue a dotação de um valor para poder reativar essa representação do INAE na Região Autónoma do Príncipe.

São essas as questões que tenho para o Sr. Ministro por ora, obrigado.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Faleiro.

O Sr. António Faleiro (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Comunicação Social e da Casa Parlamentar, bom dia.

Vi no OGE um valor de 10 milhões de dobras para o Grupo de Interesse para a Manutenção de Estradas (GIME) e sinto-me um pouco preocupado, porque já há cinco meses que os trabalhadores do GIME não recebem salário. Passaram as festas do Natal e Ano Novo sem salário. Isto preocupa-me. Não se admite que um grupo de pessoas, é um trabalho que liga São Tomé e Príncipe, durante cinco meses estejam sem salário, até a data de hoje. Por isso, gostaria de pedir ao Sr. Ministro das Infra-estruturas que agilizasse alguma coisa, de forma a melhorar a forma de pagamento daqueles que trabalham no GIME.

A outra preocupação que levanto é a questão de urbanização. Abri o Orçamento e não vi nenhuma preocupação em termos de urbanização a nível nacional.

Também trago outra preocupação, que é a construção das casas sociais. As casas sociais em São Tomé não trazem resultado para o Povo de São Tomé.

Olhando para o ano de 1975, a primeira República de São Tomé, o Governo do Sr. Pinto da Costa queria construir novas cidades, para valorizar os distritos. Por exemplo, hoje em Caué temos os prédios na Cidade de Angolares, Ribeira Peixe com prédio, também olhando para o Distrito de Lembá, na cidade de Neves tem prédio e Santa Catarina também. Essa política deveria ser aplicada. Em vez de se construir casas sociais, devia-se construir esses prédios, sim, de forma a defender o espaço que temos. Porque cada um constrói da sua forma e à sua maneira, e aquelas pessoas que vivem atrás e têm um transporte não têm como passar para a sua casa.

Daí que peço ao Sr. Ministro das Infra-estruturas para agilizar e ter uma política de urbanização.

E esse exercício que estamos cá a fazer é bom, mas diria diferente e contrário. O Governo já tem luz verde dos Deputados, temos Orçamento aprovado, com este Orçamento aprovado deveríamos dar direito já ao Governo para trabalhar, e daqui a 3 meses todos os Deputados, com botim, capa e luva, iríamos fazer a nossa fiscalização. A nossa fiscalização é em termos de todas as obras que estão implementadas no Orçamento. Nós os Deputados não podemos só ficar aqui nesta Sala, sentados, esperando o final do mandato. Iriamos fazer um conjunto de trabalhos de fiscalização em termos daquilo que já foi realizado e não foi realizado. O nosso trabalho de fiscalização seria irmos ao encontro das obras. Fiscalização é o que deveria ser o nosso trabalho.

Gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que é um Primeiro-Ministro que Deus nos deu, soube suportar a carga, foi condenado, foi sepultado e ressuscitou aos 90 dias, conforme a escritura, e hoje subiu ao céu, onde está sentado à direita do seu pai, que é o Sr. Presidente da República. E aqui digo que este Primeiro-Ministro e o seu grupo têm tudo a fazer para este país.

Aplausos do ADI.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aleksander Lima.

O Sr. Aleksander Lima (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. deputados, técnicos desta Casa Parlamentar e da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, no país e na diáspora, bom dia.

Srs. Ministros das Infra-estrutura, das Finanças, ontem comecei a minha intervenção, mas me foi dito que estamos no fórum da especialidade, deveria focar nos sectores, ou seja, nos ministérios.

Não sei se ontem todos entenderam, mas alguns deputados entenderam, nem sempre conseguimos falar de um ministério sem associar ao outro.

Mais uma vez, gostaria de expressar a minha gratidão por algumas melhorias que estão previstas neste Orçamento para a Região Autónoma do Príncipe, com destaque para a subvenção dos produtos, chegada de nova companhia área, mas relativamente ao Ministério das Infra-estruturas, na realidade, entendemos que da parte área, com essas mudanças e mais uma companhia área, poderá reflectir nos nossos bolsos, porque haverá competição entre agências.

Se formos para a parte que tem a ver com os barcos, podemos fazer subvenção dos produtos e injecção de algumas taxas, mas é necessário também vermos com as agências marítimas, para reverem as taxas que são cobradas dos produtos de São Tomé para o Príncipe. Não é normal a forma que os barcos estão a cobrar os produtos que saem de São Tomé para o Príncipe.

Um carro que é cobrado de Portugal para São Tomé, por exemplo, 1000 euros, é cobrado de São Tomé para o Príncipe 1000 euros.

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Fianças (Gareth Guadalupe): — ENAPORT?

O Sr. Aleksander Lima (ADI): — Sim. Compras um carro, metes no barco para São Tomé, é cobrado 1000 euros, depois pagas outros 1000 euros de São Tomé para o Príncipe.

Uma Voz: — *Falou fora do microfone.*

O Sr. Aleksander Lima (ADI): — Não, não, dos barcos. Porque se temos alguma isenção e subvenção, é necessário ver com as agências a grelha de cobrança dos produtos que saem de São Tomé para o Príncipe.

Além disso, continuo com o Ministro das Infra-estruturas, no Orçamento de 2024, temos algumas obras, vou citar, mas já foram aqui citadas pelos Deputados da Região Autónoma do Príncipe que me antecederam. E vou ser mais específico com o Sr. Ministro das Finanças. Na Ilha do Príncipe, temos, ontem também falou aqui um deputado sobre o desporto, vários tipos de desporto olímpicos, como o judo global, que hoje a Federação está na Ilha do Príncipe, Kempo, paranauê, taekwondo, aulas de aeróbica, e no Orçamento de 2024 falamos sobre isso, mas não temos uma infra-estrutura para que as pessoas possam exercer esses desportos. Então, a gente às vezes desenrasca casas velhas, que é para tentar safar, sendo que temos uma federação de judo global agora na Ilha do Príncipe. É necessário tentarmos ver isso, para que possamos exercer o desporto olímpico melhor na Ilha do Príncipe.

A questão de cobertura do nosso polo desportivo também foi discutido no ano 2024, mas já foi aqui citada pelo colega deputado que me antecedeu.

Neste Orçamento temos «construção de reservatório para Conde, mas no final está direcionado para o Príncipe. Isso está na página 3 de 5. Temos aqui construção de reservatório Conde/Guadalupe, mas depois tem à frente está Príncipe. Na realidade, no Orçamento de 2024, temos reservatório para a Ilha do Príncipe, mas é reservatório para combustível da Ilha do Príncipe, e não vimos isso aqui. Há que se tomar em conta.

No Orçamento de 2024 tínhamos troço de estrada em calçada, Porto Real/S. Joaquim, não vimos aqui neste Orçamento. Não se pode fazer tudo neste ano, mas é bom tomar em conta que estava no Orçamento de 2024 e não está neste.

Finalmente, já foi aqui falado várias vezes, este problema está em São Tomé e Príncipe que é a questão da TVS. Isso está grave, não sei se escutei bem, foi dito que as peças já chegaram, mas para a Região Autónoma do Príncipe veio trocada.

Antes de finalizar, gostaria de pedir, em nome de todos os Deputados, em nome de São Tomé e Príncipe, algo crucial. Estamos aqui a discutir a aprovação de um orçamento e depois vamos ter o que é mais crucial no Orçamento, porque às vezes vamos aprovar isto e o Governo estipulou isso, isso, fundo de não sei o quê, que são os parceiros, mas às vezes também os parceiros não atendem à necessidade dos nossos governos. Portanto, eu gostaria de pedir aos nossos parceiros que assumiram o compromisso com São Tomé e Príncipe, por favor, que em nome de São Tomé e Príncipe atendessem à necessidade do nosso Governo, quanto ao que está orçamentado.

Applauso do ADI.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças.

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Fianças: — Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia, são-tomenses, residentes e na diáspora, bom dia.

Primeiramente, antes que continuasse a haver mais intervenções, na qualidade de Ministro da Economia e Finanças, queria pedir desculpas a toda a Nação, residentes e não residentes, dizer que estou no meu gabinete desde as 7 da manhã, hoje é dia 27. Não deixar ninguém para trás, temos que resolver o problema

do salário dos são-tomenses. Não deixar ninguém para trás significa que temos que arranjar dinheiro para tudo que estamos aqui a falar.

Ontem, a minha ausência, tinha pedido que a Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares justificasse, por causa da abertura de um seminário do quadro integrado e financiamento, sobretudo aquilo que estamos aqui a fazer, e queria insistir e insisti com o PNUD que isso fosse realizado numa outra altura, por causa do Orçamento, mas porque vinham pessoas de fora e que se iam embora, não houve quadro para o fazer de outra forma.

Esta manhã, estou no meu gabinete desde as 7 horas da manhã, porque está marcada uma greve do Sindicato dos Funcionários Judiciais para amanhã, o dia da abertura do Ano Judicial. Aqui, em conversa com a Sra. Ministra da Justiça, ontem, decidimos recebê-los a partir das sete e meia de hoje. Uma vez saído de lá, terminado com os funcionários judiciais, muito a nosso pedido, que estamos atrasados, que temos que vir, mas sabe-se que nessas coisas, quando as pessoas estão em greve, querem que as suas reivindicações sejam satisfeitas, e não é possível satisfaze-las tão já. Mas estamos abertos a negociações.

Mas ficam aqui as minhas desculpas relativamente a tudo o que se passou, que poderá estar de certa forma ligado ao meu atraso. Uma vez mais, as minhas desculpas e assumo a completa responsabilidade.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Tem a palavra a Sra. Deputada Celisa Aguiar.

A Sra. **Celisa Aguiar (ADI)**: — Bom dia, Sra. Presidente e a Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos desta Casa Parlamentar, Srs. Ministros, São Tomé e Príncipe, bom dia.

A minha intervenção é direcionada ao Sr. Ministro das Infra-estruturas, volto a repisar sobre a estrada de Micondó, Santana, junto com a estrada de Praia Messias Alves. Eu gostaria que o Sr. Ministro tivesse em consideração essas estradas, porque já há vários anos que essas estradas estão inscritas, mas até então não há nenhuma execução. E eu gostaria de estender também para a estrada que dá acesso à escola Dona Maria Augusta, assim que se chega ao campo de futebol de Zandrigó Santana. É um estroço de estrada que dá acesso a essa escola. Com a chuva é uma calamidade para os professores e alunos chegarem àquela escola.

Estender o meu pedido também para a estrada de Quimpo e pedir também um esclarecimento ao Sr. Ministro, porque Quimpo é uma comunidade que não está beneficiada com nada. Não tenho certeza, mas também não está beneficiada no projecto de água de Cantagalo. Eu não sei se é devido à situação de sua extensão, sabendo que é uma comunidade rural que também fornece produtos à nossa Cidade Capital.

Estender também o meu pedido à estrada de Monte de Belo e Mendes da Silva, que é uma comunidade rural que também carece de uma estrada para as pessoas que vivem lá, e não só.

É mais ou menos isso que eu queria pedir ao Sr. Ministro, e fico por aqui.

Applauso do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada Celisa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Baltazar Quaresma.

O Sr. **Baltazar Quaresma (MCI/PS-PUN)**: — Sra. Presidente, bom dia Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Técnicos desta Augusta Assembleia e da Comunicação, de uma forma geral, Povo de São Tomé e Príncipe, residente e na diáspora, População de Caué, bom dia.

Bem, eu vou ser muito suscinto, muito breve.

Como sabem, a construção de casas sociais em Ió-Grande tem permitido a circulação de camiões de grande calibre, muito peso. Em consequência disso, a via principal que dá acesso à comunidade de Ió-grande tem demonstrado sinais de degradação, declinação. Daí que, em jeito de apelo, de alerta, é para dizer que nós exultamos o Ministro Sectorial das Infra-estruturas, no sentido de dar uma atenção. Não espere que isso deteriore, desmorone totalmente, depois para ir fazer intervenção. Uma vez que acredito que essa obra poderá acabar, e com a conclusão da obra que é para complementar também a intervenção, a construção da referida estrada.

Outra questão que me traz aqui tem a ver com a água. Eu não vou parar de bater sobre a questão de água. É para dizer que na roça Colónia Açoriana a população padece de água tratada há mais de 10 anos. Ou seja, sofrem mesmo da questão de água. Daí que, mais uma vez, em jeito de apelo, para ver se dão uma atenção, para normalizar a situação da população que sofre deste precioso líquido para o ser humano.

Portanto, são só estas questões que eu trago, para apelar o Governo.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Baltazar Quaresma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eldímiro Manuel.

O Sr. **Eldímiro Manuel (MCI/PS-PUN)**: — Sra. Presidente, bom dia aos demais Membros da Mesa, Srs. Representantes do Governo, Caras e Caros Deputados, todos Técnicos que se encontram nesta Sala, bom

dia, saudações especiais a todos os são-tomenses que residem no país e na diáspora, com carinho especial ao povo de Lembá.

Sr. Ministro das Infra-estruturas, eu tomo a palavra neste púlpito hoje, para repisar as questões que todos aqui já falaram, mesmo os que não são de Lembá. Seria um pecado enorme eu sair daqui sem fazer referência a essas questões. Nós a nível de Lembá, cidade de Neves sobretudo, temos passado dificuldades de água de uma forma lastimável já há aproximadamente 3 anos. Eu me recordo que, em 28 de Dezembro de 2022, choveu torrencialmente ao nível do País, as enxurradas soterraram o centro de tratamento de água que nós temos em Ribana, na cidade de Neves, para abastecimento total da cidade. De lá para cá, a água tornou-se ouro para a população da cidade de Neves. Eu, como exemplo, para poder ter acesso a água percorro quilómetros.

Portanto, está no Orçamento a reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água na cidade de Neves. E eu gostaria de apelar ao Ministro que isso não fique no papel, que se materialize. O povo de Lembá terá maior gosto em ver a realização deste projecto.

Com relação também à ponte de Brigoma, também está no Orçamento. Ainda recentemente estive em Santa Catarina a conversar com um pai encarregado de educação, é lugar onde eu frequento constantemente, e fui abordado com esta questão, porque os alunos, quando chove e desce cheia, não conseguem atravessar o rio para a escola. Portanto, eles perdem aulas, e consequentemente vai havendo assim fraca assimilação dos alunos no que toca ao conteúdo escolar.

Também, quanto ao acesso ao marco histórico, ainda ontem um deputado fez referência a isso, mas eu quero repisar hoje. É necessário nos preocuparmos em dar uma visão, uma atenção especial àquilo que é marco histórico de um país, basicamente construindo uma ponte para facilitar a travessia do rio, para temos acesso mais viável ao nosso marco histórico.

Também quero referir-me à ponte de Lembá, que facilita a transição das pessoas de Ponta Furada para a Roça Lembá, uma vez as pessoas têm lá roça e precisam escoar os seus produtos, para depois virem vender na capital.

Então, são essas preocupações que de momento tenho a apresentar, no que toca ao Ministério das Obras Públicas. E apelo ao Sr. Ministro que faça isso. Fazendo isso, o senhor terá muito bom grado da população da cidade de Neves.

Obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Eldímiro Manuel.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves (BASTA)**: — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Mais uma vez, cumprimentar a todos os presentes, saudações extensivas a toda população são-tomense, residente no País e na diáspora.

Sra. Presidente, eu começo por analisar, pela ordem que está regimentado, as GOP na especialidade.

Compreendo também que o Governo solicita aos sectores quais são as suas ambições, para elaborar as Grandes Opções do Plano.

Dizia aqui alguém, no passado, acho que foi ontem ou anteontem, que se tivéssemos que analisar tudo teríamos que ter cinco e não um ano de um Orçamento Geral do Estado. Seria um orçamento para cinco anos. Portanto, não é possível termos tudo. Mas eu continuo a analisar e entender que, das prioridades que temos, temos que resgatar alguns bens públicos que se consubstanciam na moralidade do próprio Estado.

Eu estive a ler as GOP, no que tange ao sector da habitação. O que está aqui não corresponde no mínimo daquilo que são ambições do próprio Governo, no discurso do Primeiro-Ministro, até nas intervenções dos Ministros.

O Instituto de Habitação, quer dizer, está muito vazio em termos de ambição de ampliar a sede para melhor atendimento aos utentes, colaboração com Instituto de Cabo Verde, para se adaptar às melhores práticas. Isto não é nada. O que nós queremos aqui é saber qual é a política do Governo para habitação, de modo a facilitar a primeira habitação aos quadros jovens, que querem, sim, ter uma casa própria para constituírem a sua família.

Também gostaria de solicitar ao Governo o que pensa com as casas devolutas do Estado. Aí vou me concentrar mais na Cidade Capital. Não vou falar das zonas rurais. Já sabemos como é que estão as nossas antigas empresas agrícolas, mas estou a concentrar-me na Cidade Capital.

O que pensa o Governo fazer com os edifícios devolutos na Cidade Capital, bem assim os edifícios com elevada degradação, mesmo sendo privados, mas que estão na Cidade Capital? Os terrenos abandonados, com cercados de chapas de zinco dentro de uma Cidade Capital. O que pensa o Governo fazer com isto? Que decisão, que medida irá tomar?

Como pensa o Governo reorganizar o comércio de modo geral, mas sobretudo na Cidade Capital?

É só assim que nós podemos resgatar a cidade, *Poson d' Alé*, que nós conhecemos no passado.

E quando falo de reorganizar o comércio, também é extensivo à questão de outros sectores como transportes, motoqueiros estão em todo canto, mas se tem que os reorganizar.

Concedeu-se aos taxistas um espaço, mas estão completamente desorganizados, até estacionam no meio da via. Eu passo por lá. Portanto, mesmo venda na praça, tudo isto. Mas atenção, nós quando falamos de venda da praça, falamos sempre das pessoas que estão nos passeios, mas as lojas estão no passeio. Lojas tiram produtos no interior, põem nos passeios, para as pessoas verem que lá dentro tem ou que eles têm esse produto. Isto é proibido.

E mais, quando eu falo de reorganização, atenção, há várias formas do comércio. Portanto, comércio geral, mas estão destrinçados em várias áreas. Por exemplo, materiais de construção. Eu não conheço cidade capital a vender cimentos, chapas de cincos e outros materiais. Esses materiais são para serem vendidos na zona industrial.

Contentores que se coloca para vender cimento, combustível, e nós queremos recuperar o rosto da nossa cidade capital!

Não se pode atacar só aqueles que estão vender no passeio, porque mesmo a outros níveis também não estão a contribuir de boa maneira. A venda de jaca e d'água está quase no Palácio do Povo. E nós todos vemos, parece que não se está a passar nada. Nada consta. É mau.

Eu não tenho problemas, eu falo normal, porque eu não estou aqui para agradar, para fazer populismo, à procura de voto. Não. Temos que ser honestos. Se quisermos ser dirigentes dum país, e estar aqui a representar o povo, não pode ser com cinismo nem demagogia.

Sr. Ministro, eu estou a dirigir mais ao Ministro das Finanças, porque para mim é o Primeiro-Ministro que está ali nesta fase. Nós temos um problema que advém de muito tempo, e não se sabe qual é a política do Governo para com esse edifício, o Mercado Municipal. O que pensa o Governo com esse património? Ontem, quase que ia intervir, dirigir-me ao Ministro da Defesa, porque tem a ver com o pelouro das Câmaras, mas depois eu vim ver que é só gestão, porque não deixa de ser património do Estado, e o património do Estado, está no Ministério das Finanças. O que pensa o Governo em fazer com isto? Se há um projecto mais ambicioso para o futuro, ótimo, mas a imagem exterior que nós temos desse mercado é para continuar assim? Pergunta que fica.

Vemos um vasto troço de estradas para serem construídas. Mas eu gostaria de saber do Sr. Ministro qual a tipologia da estrada que vamos construir, sobretudo nas pistas rurais? Já vimos que terra batida não resultou. Gasta-se muito dinheiro, passados dois, três anos, volta à estaca zero. Buracos por todos os cantos. Nós temos pedras, como se diz na gíria, para dar com pau. Temos muita pedra, vemos só aqui, muita pedra. Não será que temos que mudar de ideia, mudar de forma de construção dessas estradas, para serem mais duradoras? Temos exemplo de todas as estradas construídas em pedras calçadas, outras que têm mais de 50 anos, mais de 100, e estão lá.

A questão da ligação entre as ilhas, que eu chamo de soberania, porque a unidade nacional só pode existir se houver soberania. Qual é a política do Governo sobre o transporte aéreo e o transporte marítimo, para ligar estas duas ilhas?

Nós vimos também, eu vi no gráfico, dos princípios dos indicadores macro-económicos, a questão da inflação. Não tenho a menor dúvida que, pela variação aqui apresentada, nós estamos a caminhar para bom, mas há uma questão que se coloca. Quando se baixa a dívida pública, é importante para o País, para o povo, mas não tenhamos medo de fazer a dívida pública para investimentos geradores de riqueza, ou investimentos que facilitam acesso a outros investimentos. Não há nenhum país que não tenha dívidas. Agora, há dívidas boas e há dívidas más. As dívidas do consumo são más, mas as dívidas para investimentos são sempre boas, quando bem aplicadas. E é muito importante que não tenhamos dívidas. Eu estou a dizer isso, porque eu estou a ver um decréscimo, ótimo. Mas se vamos ver nos dois últimos anos, decresceu, a inflação baixou. Mas também não houve nenhum investimento, quase que nós tivemos sempre num período de gestão de duodécimos. Duodécimos que é pagar as despesas correntes, porque em termos de investimento, nos últimos dois anos, nós não vimos quase nada. Então, este Governo tem que fazer a diferença.

Ainda sobre as GOP, temos a questão do tratamento de resíduos sólidos. O que pensa o Governo com o aterro da lixeira de Penha?

Depois destas respostas ou esclarecimentos, trarei propostas concretas para alguns sectores, caso seja necessário.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Delfim Neves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — É porque, se começa a haver muitas questões e a gente não responde, depois podemos perder na mesma.

A Sra. Presidente: — Sim, Sr. Ministro, é verdade que também o Governo tem a liberdade, assim entender. Mas, já agora que estava quase no uso da palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma, vamos deixá-lo fazer a sua intervenção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, muito obrigado, bom dia, Srs. da Mesa, Deputados, Ilustres Colegas Deputados, Ministros, Técnicos da Comunicação Social, da Assembleia e todo Povo São-tomense, muito bom dia.

Antes de falar sobre as minhas preocupações, deixa-me falar sobre aquilo que aconteceu antes, e transferir só um bocado para si, Sr. Ministro das Infra-estruturas. É que eu ouvi a Ministra da Educação e não pude intervir mais, porque nós temos um tempo muito limitado, e eu propus a ela que se transferisse as obras todas do Ministério da Educação e não só, de outros Ministérios, para o ministério das obras, o Ministério das Infra-estruturas. Porque eu sei que lá existem técnicos próprios que podem fazer um estudo adequado, acompanhar uma intervenção com qualidade e, no computo geral, permitir a execução de uma obra adequadamente.

Mas ouvi a Ministra dizer que pelo facto de os técnicos do Instituto das Obras Públicas, por exemplo, terem gabinetes de fiscalização às suas empresas, não era adequado transferir as obras para o Ministério. Bom, isso me preocupa. Porque há duas conclusões a que se chega. Continuamos a permitir a execução das obras de forma inadequada, é o que a Ministra disse, e continuamos a conviver com ilegalidades e a não fazer absolutamente nada.

Deixo esta preocupação para os senhores. Porque se nós estamos na perspectiva com a filosofia de desenvolvemos, temos que caminhar necessariamente para aquilo que é o mais correcto, aquilo que é realmente profícuo. Portanto, assim sendo, Sr. Ministro, deixa-me falar, eu sei que o senhor tem um ministério muito complicado, eu sei que há muitas necessidades, e eu sei também e dá para perceber que o orçamento previsto para o Ministério das Infra-estruturas é de longe um dos maiores ou senão o maior, mas eu não poderia deixar de também deixar aqui a minha preocupação. Aliás, falar sobre a minha preocupação, transferir a minha preocupação para si, porque eu conheço, não muito bem quanto o senhor, mas minimamente bem, as necessidades do sector. E há três ou quatro obras que não estão inseridas neste orçamento. Eu falo de obras que já preocuparam no passado, ou intervenções que já nos preocuparam no passado, em que duas delas se referem, porque eu vi a erosão costeira, e a erosão costeira só tem a ver com a nossa costa, inclusive tem um financiamento do Banco Mundial, mas nós já nos vimos a braços com a erosão de taludes, derrocadas e aí vai. E eu sei que vem aí um período terrível de chuva. Então, provavelmente o Sr. Ministro vai se ver a braços com este tipo de intervenção, quando não está inscrito no Orçamento Geral do Estado. A mesma referência faço ao desassoreamento de rios. Apesar de haver uma iniciativa social da empresa para a região Norte, nós temos mesmo a região centro da cidade capital, o rio Água Grande, temos a região Sul, os rios todos precisam de ser limpados, desassoreados. Então, também é uma necessidade que eu acho que deveria estar inserido no Orçamento Geral do Estado, pelo que eu proponho porque, ouvi o colega, se me permite chamá-lo colega, embora muito mais velho do que eu, Delfim falar de outras despesas...

Uma voz: — Desculpa!

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — ... muito mais, que sublinhe isso. Muito mais.

Bom, porque ouvi o colega Delfim falar de outras despesas ou imprevistos, despesas imprevistas, aí a minha proposta é que junto ao Ministro das Finanças pudesse prever ou encontrar uma forma de fazer essa intervenção. Naturalmente que temos dois períodos mais preocupantes, que é agora, vamos entrar agora, Abril, Maio, e no final do ano. Portanto, ver o que é possível encontrar nessa disponibilidade, para se fazer essas intervenções, mas também me preocupam outras duas obras, que é a do Bairro Dolores, que estava orçada em 14 milhões, com alguma intervenção, acho que deve estar à volta de 10 milhões, tem um saldo mais reduzido. Se pudesse fazer alguma coisa, porque a obra já iniciou é um contrato que já esteve em curso. Que se encontrasse também alguma forma de fazer essa intervenção. Mesmo porque Lucumi/Fotofone, Lucumi/Riboque tinha-se um contrato de 10 milhões, hoje tem um saldo de 8 milhões e está orçado em 4 milhões. Portanto, é uma intervenção que se faz necessária e naturalmente que também tem que ser reforçada, se assim convir.

Em relação a essas intervenções também, Sr. Ministro, vi a intervenção de cerca de 300 milhões para os lotes 1 e 2, fiquei com a impressão de que é do Tesouro. Se eu estiver errado, me corrija e ultrapassa a questão. Se for do Tesouro, perguntaria para quê, se já está previsto com o financiamento da União Europeia?

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Vou começar a minha intervenção, falando pelos aspectos gerais, depois os Ministros da área virão falar com mais detalhes.

Há uma clarificação que se tem que fazer desde logo, que é a questão da Ponte de Brigoma, que aparece aqui, mas não aparece Lembá. Deixem-me dizer que aqui é uma falha de escrita, porque a ideia é tratar das duas pontes, Lembá e Brigoma. Neste momento, já temos o contrato assinado, quer da fiscalização, quer da empresa e estamos só aqui a tratar das questões de salvaguarda. Por isso, a ideia é para tratarmos dessas duas pontes, quer de Lembá quer de Brigoma, e também o financiamento já está assegurado.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Não tem de quê.

O Sr. Deputado Delfim Neves disse que não vê quase nada para habitação, e sempre que faço a minha intervenção no sentido de contrariar gosto de dizer com a devida vénia, para dizer que pode haver aqui algum contrassenso, porque o Sr. Deputado Delfim Neves já falou aqui da questão de alavancar o sector privado, nem tudo temos que ser nós a fazer. Por isso é que na abertura desse seminário ontem que levou ao meu atraso estávamos a tratar de questões de parceira público-privada, porque é outra forma de financiamento que permite o Governo fazer investimento em grandes infra-estruturas, respondendo à questão da dívida versos PIB, sem sobrecarregar muito o numerado, que é a questão da dívida. Então, esse seminário ontem foi muito importante, para que tivéssemos esse engajamento, mas também mais do que tudo, esse engajamento deve incluir as empresas nacionais em sistemas de *joint venture*, conforme já fiz menção ontem, e outros benefícios, para permitir que as empresas nacionais também possam alavancar.

Por isso, ao nível da questão de habitação há um projecto ao nível do Instituto de Habitação, privado, porque também tem outra particularidade que o Deputado Delfim Neves fez menção. Muitas dessas casas que se constrói, quando é o Estado a construir, chama-se casas sociais, mas as pessoas não pagam. E se não pagam, não se consegue o retorno para poder fazer investimento para as outras pessoas também terem acesso. Agora, se começarmos a dar isso ao privado, em termos de parceria público-privada, aí há de haver certamente maior rigor.

Há uma responsabilidade que este Governo tem e que não se pode descurar, e sentimos essa responsabilidade, que é quando tivemos a aprovação na generalidade com 52 votos. Isto é muita responsabilidade. Não tenho presente um OGE ter sido aprovado com tantos votos. Agora, o Governo não pode tomar isso e achar que é algo de bom, porque é uma responsabilidade que foi passada pelos Deputados, enquanto representantes do povo para o Governo. Mas também dizer que nesses 9 meses que nos faltam não é possível fazer tudo, e nós aqui enquanto Governo também temos que deixar isso muito bem claro. Não virmos aqui assumir tudo quanto são responsabilidades que os Deputados tentam trazer para o Governo, enquanto quem tem o poder executivo, para o fazer e depois não conseguir fazer.

E aqui também, conforme disse o Sr. Deputado Delfim Neves, temos que ser claros e não fazer aqui política com tudo. Estamos a falar do Parlamento, é a Casa de política, os 55 Deputados vão levantar cada um, manifestando as preocupações daqueles que representam, mas o Governo também terá que estar aqui para dizer que nem tudo que se está a pedir é possível, porque temos que ter em atenção que estamos a falar de um ano em que estamos a falar do ajuste salarial, e que isso é um problema que temos que encarar de frente.

Aplausos gerais.

Mercado Municipal. O que fazer desse Mercado?

Houve uma desinformação que creio que foi trazida pela Sra. Deputada Izilda, em que dizia que o Governo vai abrir aquilo para ser mercado peixe, e que todo mundo está a se preparar para descer. Não, não corresponde.

Qual é a utilidade que queremos dar àquele Mercado?

Risos.

Não estou a dizer que a Sra. Deputada está a mentir, nem de perto, nem de longe. Ela transmitiu aquilo que ouviu.

Falou aqui o Sr. Deputado Delfim Neves da questão do turismo e queremos aproveitar esse Mercado para ser como se fosse um mercado de turismo e cultura, ou seja,....

Aplausos.

...temos aqui os senhores do Pica-Pau que vendem na rua, temos as senhoras que vendem os produtos já transformados sem um sítio onde vender, então a ideia é dar esta utilidade a esse Mercado.

A questão do transporte aéreo, creio que esta preocupação também foi levantada pelo Sr. Deputado Delfim Neves. Sr. Deputado, a questão do transporte aéreo para a Região Autónoma do Príncipe, vimos que só temos uma companhia de bandeira, que é a STP-Airways e temos uma companhia que está interessada também em continuar a operar para o Príncipe, só que a companhia pediu que fosse isentada de várias taxas cobradas pela ENASA. Várias taxas em termos de dívida. E como a ENASA tem dívidas também para com o Estado, então, decidimos perdoar essa dívida e fazer o encontro de contas com a ENASA, precisamente para permitir que tenhamos mais uma companhia a voar para a Região Autónoma do Príncipe.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — O preço está muito alto.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Não percebi.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — O preço está muito alto.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Mas a questão do preço naturalmente baixar, o Estado é regulador, mas o mercado é concorrencial também. Por isso, tem-se que trazer tudo isso para o balanço, porque conforme disse o Deputado Delfim Neves, já não estamos no tempo do socialismo. Temos que encontrar um equilíbrio e não vir aqui prometer coisas que não conseguimos cumprir.

É isto que queria dizer.

Agora, Sra. Presidente da Assembleia, se permitir iríamos dar primazia à Sra. Ministra e depois viria o Ministro das Infra-estruturas.

A Sra. **Presidente**: — Na altura, o Sr. Deputado Delfim Neves sugeriu que as intervenções fossem globais e cada ministro iria registrar a sua parte, e é nesta perspectiva que estamos a discutir.

Tem a palavra a Sra. Ministra do Ambiente.

Murmúrios.

A Sra. **Ministra do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável** (Nilda da Mata): — Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Caros Colegas Ministros, Sras. e Srs. Deputados, População de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Venho aqui na sequência da intervenção feita pelo Sr. Deputado Delfim Neves. Já tinha feito referência a esta questão, se a memória não me falha, na Terça-feira, quando estávamos ainda na discussão na generalidade. Aproveito para informar que, no quadro da construção das infra-estruturas a que fiz aqui referência, está também contemplado um plano de encerramento da Lixeira do Penha. Após dotar o País, quer de um centro de processamento de resíduos, quer de um aterro à medida de São Tomé e Príncipe, o plano seguinte será o encerramento da Lixeira de Penha, depois iremos trabalhar com os outros distritos, no sentido de terem. Como eu disse aqui, não vamos construir aterros em todos os distritos, nem na Região Autónoma do Príncipe, não justifica. Vamos trabalhar, sim, com os outros, no sentido de termos vazadores controlados.

Recentemente estive na Região Autónoma do Príncipe, visitei também a lixeira da Ilha do Príncipe, não me agradou nada aquilo que vi, e deixei bem claro que o Governo Central irá trabalhar com a Região, no sentido de realmente dotarmos a Região de um vazador controlado. Iremos fazer isso também com Cantagalo, Lobata, Caué. É isso que está previsto, temos garantia de financiamento de alguns parceiros, posso fazer já referência, por exemplo União Europeia, no quadro do actual programa de cooperação que vai até 2027. Uma das áreas prioritárias é a questão do saneamento. Então, no quadro deste programa, temos o financiamento garantido, temos também o nosso parceiro tradicional que é Portugal. Como sabem, o País assinou um memorando com Portugal para a troca da dívida por natureza, no valor de 3.5 milhões de euros, e também poderemos via esta verba, e está até no Orçamento, trabalhar no sentido de melhorar esta questão de gestão de resíduos em São Tomé e Príncipe.

Aplausos.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Infra-estruturas.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais** (Nelson Cardoso): — Sra. Presidente, Colegas Ministros, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Sra. Presidente, permita-me responder aos Srs. Deputados. Começaria pelo Sr. Deputado Messias Ferreira, que levantou a questão sobre a Região Autónoma do Príncipe. Falou que na verdade os empreiteiros da Região Autónoma do Príncipe não têm alvará. Confesso que já há algum tempo pensei que tivessem, mas na verdade fui informado de que os senhores têm conduzido obras sem terem alvará, o que é uma ilegalidade. Mas, enfim, percebo perfeitamente que a Região Autónoma do Príncipe tem as suas especificidades, mas somos regidos pela única Lei, não podemos na verdade criar neste âmbito margens para que haja fuga ao que é tão necessário. Porque todo e qualquer operador privado tem que ter alvará. O que podemos fazer, sim, é criar mecanismo de facilitação, para que eles possam estar habilitados neste sentido. Até porque a questão de alvará emite-se ao empreiteiro que tenha algumas condições de base para poder cumprir com uma dada adjudicação que lhe é atribuída.

E, por conta disso, eu gostaria de informar, inclusive ao Sr. Deputado e aos que nos escutam, quanto à questão das casas sociais, que neste momento já deveríamos estar a adjudicar aos proponentes, não vamos poder fazê-lo, porque na verdade constatamos que a atribuição fora feita a seleccionados que não têm alvará. Orientei a DAF do Ministério das Infra-estruturas, tendo em conta que, e o senhor compreenderá, temos muita pressa para poder implementar essas obras. Vamos fazê-lo ao nosso nível, mas sim abrindo possibilidades para que algum operador que esteja devidamente instalado no Príncipe possa concorrer. Porque há quem diga que deve haver um ou dois privados que têm alvará para executar obras.

Quanto à falta de informação, normalmente se colocar na TVS, mas o sinal não chega com qualidade à Região Autónoma do Príncipe. Mas normalmente os concursos são divulgados ali. E o que posso pedir, se calhar agora, já que a questão é levantada, vamos não só divulgar através dos órgãos da comunicação social, se calhar, fazer uma nota informando ao Governo Regional para nos ajudar a fazer uma campanha de informação, para que os interessados possam ter conhecimento.

Quanto à questão da representação do INAE no Príncipe, é uma questão muito bem colocada. Como se sabe, tínhamos um representante que é o Engenheiro Armindo, que por questões de saúde está ausente do País. Tenho conhecimento de que, até porque veio do Instituto de Estrada, foram feitas muitas diligências, inclusive junto ao Governo Regional, para que nos ajudasse a encontrar alguém que pudesse assegurar, sob nossa coordenação obviamente, a Região Autónoma do Príncipe na vertente rodoviária, mas até ao momento não se conseguiu.

Estamos a tentar ver com os escassos recursos que temos, até porque pretendemos também conduzir algumas reformas ao Fundo Rodoviário, para encontrarmos um técnico de São Tomé que possa se disponibilizar, através de um contrato, porque o Instituto de Estrada tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, pode contratar. Se calhar podemos contratar um técnico para nos representar ou representar o Instituto de Estrada na Região, até porque faz muita falta.

O Sr. Deputado também disse que consta no Orçamento, sob a rubrica 6517 «acesso a energia limpa e resiliente», pergunta se isso tem a ver com a transição energética e a energia limpa para o Príncipe. Diria que não nesta rubrica, mas na rubrica 6865 «projecto de transição energética apoio institucional». Isto sim que é o projecto *Energy Transition and Institutional Support Program* (ETISP), onde com este financiamento vamos poder fazer a mini-hídrica do Papagaio, mais um parque solar de 1.2 mw e 3 mw de bateria.

Acredito ter respondido às questões colocadas pelo Sr. Deputado Messias Ferreira.

O Sr. Deputado António Faleiro fala sobre o GIME. Meus Caros, o GIME é uma parte indissociável ao Instituto de Estrada. Até porque, repare, a criação do INAE foi em 2005. Quando se extinguiu o SENAЕ criou-se o Fundo Rodoviário e, em simultâneo, tendo em conta que o Instituto de Estrada versa as suas acções em reabilitação, construção e manutenção de estradas, optou-se por um grupo devidamente constituído, uma associação, que é o GIME, para poder ajudar a conduzir o Instituto de Estrada e também o Ministério nesta política rodoviária. Mas é bom que se diga que na sua criação, se estivermos a falar da trajectória do GIME, de 2005 a 2014, contou com o apoio do Fundo Europeu para o Desenvolvimento. Depois de 2014 até ao actual momento, em que estou a vos dirigir, isto está sob alcada do Estado santomense. Não vou entrar em detalhes de porque razão o FED, ao sair e que na altura havia o compromisso de que se nós, durante o período em que esteve o FED, deveríamos comparticipar e sabemos que não somos tão bons em fazer coisas em conjunto, em comparticipar. Isto levou a que a transição que se deveria fazer do FED para sair da manutenção e ir para reabilitação, construção não conseguimos, porque sempre estivemos em falta com os nossos compromissos.

Mas também gostaria de alertar que o GIME não é um programa de caridade, nem pode ser. GIME rege as suas acções através de um contrato com o Instituto de Estrada. É verdade que nós aqui, e podemos admitir, de vez em quando estamos em falha, sim, porque temos o pagamento de forma intermitente, isto na verdade pesa um bocado, mas não podíamos deixar de referir que a qualidade do serviço prestado pelo GIME tem deixado muito a desejar. E sabemos que na verdade há uma pressão, não só do Ministério como também do INAE e, acredito, hoje estou deste lado do Governo, por vezes quando também estamos na oposição tentamos fazer muita política com o GIME, porque na verdade sabemos que é um problema social, porque estamos a falar de 1057 funcionários, dentre o presidente da associação, gestores, cantoneiros. E como o nosso agregado familiar não é pequeno, estamos a falar de mais de 5000 ou 7000 pessoas que beneficiam com o programa. Entendemos e acredito que já há um ano tentou-se fazer alguns ajustes ao contrato que se tem com o GIME, passando a ser um contrato por objectivos. O INAE viveu um momento de alguma dificuldade, porque esse programa implica da parte do INAE ter recursos de acompanhamento, quer dizer, para fazer a fiscalização, e a um dado momento assistimos o INAE com algumas dificuldades, e não conseguiu de forma perene conduzir as suas atribuições neste sentido. Mas de qualquer forma, para dizer que sem o Orçamento aprovado não tínhamos como pagar aos GIME. Há uma dotação orçamental que está aí presente e acredito que uma vez aprovado poderemos, sim, cumprir com esta parte.

Mas os Srs. Deputados poderão inclusive questionar, se se criou o Fundo Rodoviário para garantir a manutenção, por quê o Tesouro ainda tem que injectar verbas para assegurar o GIME?

É porque sabemos que o Fundo Rodoviário tem limitações de arrecadação de receitas. Até diria que quem mais paga ao Fundo Rodoviário é a ENCO, e o Estado deve à ENCO. Não estou a falar de ajuste de contas, mas isto também cria algum entrave para que o Fundo possa na verdade arrecadar o que deve arrecadar. E quem diz também dos dísticos e asseguradora, mas sabemos que o dístico vai a uma conta que é fungível, nem sempre esse montante é canalizado ao Fundo Rodoviário. Mas com o Fundo Rodoviário já temos uma fórmula, vamos tentar ver e já estamos a estudar a possibilidade de outras fontes de arrecadação de receitas ao Fundo. Daria um exemplo, ultimamente terminamos a Secção 1 do projecto EN1, de São Tomé a Guadalupe e estamos a assistir que para a obra da Marginal os caminhões vêm superlotados e muito bem carregados de pedras, vamos conseguir balança para pesar os caminhões e as empresas terem que pagar por isso.

Se me perguntarem, que montante? É um montante que vamos estudar, por isso vamos conduzir algumas melhorias ao decreto que criou o Fundo. Isto também é extensivo às pedreiras e mais. Já estamos a negociar com os parceiros e vamos conseguir balanças e vamos tentar melhorar a arrecadação de receitas do Fundo.

A questão das casas sociais, o Sr. Ministro das Finanças já respondeu. O Instituto de Habitação tem um programa muito interessante, mas a dado momento os Srs. Deputados conhecem, com o Fundo da Áustria e da Alemanha, vão construir 1300 casas na zona de Ferreira Governo, mais quatrocentas e tal casas na Zona de Micoló. É um projecto muito interessante e vai-se conseguir.

Como fez o reparo o Sr. Ministro das Finanças, já não será nossa Senhora da Graça, como se diz na gíria, vão sim construir casas com alguma qualidade, mas as pessoas terão que pagar por isso.

Sr. Deputado Aleksander Lima, a questão da dupla tributação o Sr. Ministro das Finanças, se calhar, percebe muito melhor que eu, mas posso dizer que nós gostaríamos de saber se, na sua intervenção, estava a falar das taxas aplicadas pelas alfândegas ou pela ENAPORT. Caso seja ENAPORT, aí sim, é o pelouro do Ministério das Infra-estrutura e Recursos Naturais. Eu agradecia ao Sr. Deputado que tentasse dizer-nos se as taxas têm a ver com as alfândegas ou com a ENAPORT.

A estrada de Porto Real a S. Joaquim em calçada. Na verdade, algumas obras que serão conduzidas no Príncipe serão em calçadas, no âmbito do PRIASA III, mas acredito que o Sr. Ministro da Agricultura poderá elencar estas obras.

A estrada de Micondó, levantada pela Sra. Deputada Celisa Aguiar. Compreenderá a Sra. Deputada que o Governo tentou colocar aqui troços que na verdade serão intervencionados. Porque nós sabemos que já há algum tempo, eu acho que aquela obra de Micondó teve o início com o GIME, depois parou e não caiu no esquecimento. Apenas compreenderá que nós não podemos fazer tudo, mas por ser um pequeno projecto e como já estamos a trabalhar inclusive com o próprio Banco Mundial, para tentarmos reforçar um pouco mais o fundo rodoviário, estas pequenas obras em momento dado e oportuno, poderemos vir a enquadrar e fazer alguma intervenção.

O mesmo eu diria para a escola de Dona Maria Augusta e a estrada de Quimpo.

A estrada de Monte Belo mesma coisa, dependerá muito de como é que vamos evoluir, porque não vamos... Os Srs. Deputados viram que na verdade, quando falamos, estamos a falar deste Orçamento. Estão a ver que os montantes estão muito acima, então convinha não colocarmos troços que nós no nosso âmago sabemos que não vamos conseguir implementar.

A Sra. Celisa Aguiar (ADI): — Estrada de Messias Alves.

O Sr. Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais: — Messias Alves, está sim no Orçamento e com fundo da República Popular da China. Igualmente a estrada de Santa Luzia Norte. A estrada que vai de Santa Luzia a Água Sampaio é com o fundo da República Popular da China.

O Sr. Deputado Baltazar levantou a questão da comunidade de lô Grande. Aqui é uma questão que nós temos, e eu vou pedir que na verdade uma equipa possa deslocar-se e me dar o ponto da situação daquilo. Porquê? Porque normalmente a empresa que está a conduzir os trabalhos, se danifica a via de acesso, é da sua responsabilidade. Não pode ser nunca da responsabilidade do Governo. Então, é preciso nós analisarmos bem, porque é verdade que ela não pode estar a fazer uma obra e criar outro problema. Porque acredito que todo o contrato que é assinado, a manutenção das vias alternativas ou a via que utiliza é da responsabilidade da empresa contratada. Mas de qualquer forma, como a questão foi levantada, é preciso falar com alguma propriedade, então, impõe receberem o feedback dos serviços, para saber a quem deve recair esta responsabilidade.

Sr. Deputado Eldímiro Manuel, a água de Neves está no orçamento, está visível no orçamento, mas é lamentável o que aconteceu em Neves. Na verdade, o Sr. Deputado sabe que a ETA, a zona de captação já estava ela toda construída, Neves tinha água, mas a enxurrada de 2021 fez o estrago que fez, mas nós já temos conversa com o Banco Árabe para Desenvolvimento Económico em África (BADEA) e possivelmente teremos financiamento para poder, ainda neste ano, intervir.

Sr. Deputado, acredito que já respondi à questão de habitação, que foi levantada pelo Sr. Deputado Delfim Neves. Falei do programa que tem o Instituto de Habitação e Imobiliária, que vai dar resposta à questão de habitação com dignidade à população, através do Fundo da Áustria e da Alemanha.

A venda nos locais impróprios pelos vendedores ambulantes tem sido um grande problema e calcanhar de Aquiles já há algum tempo. O Governo tem tomado algumas medidas e é bom que quando tomemos medidas e que todos nós, enquanto são-tomense, quando a medida é boa, que vai ao encontro daquilo que é necessário tomar, por mais que possa desagradar, porque a gente sabe que muitas das vezes nós somos muito coniventes, pensando no eleitorado. Mas quando a medida é boa, é para organização do País e para disciplina, eu acredito que aqui nós devíamos dar as mãos, que é para nós estarmos todos juntos.

Algumas medidas têm sido tomadas, sim.

Retirou-se as oficinas improvisadas na via pública, retirou-se as barracas na via pública, ultimamente o Instituto Nacional de Obras Públicas (INOPU) conduziu a retirada, na zona de S. Marçal, e vamos assim prosseguir, e não só. Mesmo também alguns dos senhores que constroem vedações na zona balnear, também vamos mandar retirar. O INOPU tem competências próprias para o fazer, e nós vamos também

conduzir. Mas obviamente com algum reparo, vamos também primeiramente comunicar, intimar as pessoas, vamos tentar conversar, mas depois vamos agir.

Mas para os vendedores ambulantes já demos alguma diligencia, até porque nós estamos a tentar criar condições para as pessoas que vendem aqui na Capital, que possam ter transporte para as levar para o Bôbô-Fôrro. Isto já está a meio caminho andado, mas no momento certo os Srs. Deputados saberão.

Por último, o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma falou, não sei se é de forma muito subtendida, mas eu entendi que quis falar do INOPU. Confesso que não ouvi, não acompanhei o que disse a Sra. Colega Ministra da Educação, mas é verdade que o País é pequeno, nós sabemos de tudo, por isso se conduziu algumas e vai-se fazer ainda algumas reformas ao Instituto Nacional de Obras Públicas e Urbanismo. Razão pela qual, repare, nós fizemos uma mudança da direcção, e nós acreditamos, não estou a dizer, até porque é preciso, quando nós estamos neste púlpito, que tenhamos elementos contundentes depois para catalogar as pessoas que lá estão, até porque no Instituto há pessoas de bem.

Eu falei, acho que na intervenção passada, que é preciso nós termos Instituições fortes. E também foi falado aqui pelos Srs. Deputados que por vezes as más práticas, não quero falar de vícios, estão muitos enraizadas nas direções, por vezes não nos Ministros, embora que os Ministros é que carregam o fardo. Nós vamos tentar romper com essas más práticas. Se na verdade a lá empresas, o INOPU sabe que não podem ser juízes e réus em simultâneo. Então, vamos dar sinais para que a Sra. Ministra, minha colega, se sinta confortável e mais confortável.

Então, Sr. Deputado Gabdulo, quero assegurar-lhe que o INOPU, sim, vai ter que fazer o seu trabalho, conforme dita o regulamento que cria a instituição. Então, era só para deixar o Sr. Deputado despreocupado, porque é uma instituição que tem a responsabilidade obviamente de fiscalizar tudo. E se ela é subjugada ou se são levantados vários poréns, então eu acredito que se calhar estou lá e não estou a fazer nenhum. E o senhor como colega, nós nos conhecemos, sabe que eu, na posição em que estou, não vou permitir que isso aconteça ou que se generalize.

O Sr. Deputado Gabdulo disse que o problema das mudanças climáticas não se assiste apenas na erosão costeira. É verdade! É preciso nós termos programas de estabilização de taludes, que compreenderá que não é barato. Nas intervenções que nós pensamos e que estão plasmadas no orçamento que vamos conduzir, estão devidamente acauteladas, até porque para intervirmos na N1 a Neves nós não podemos descurar que é preciso, nem que seja talvez por queda induzida. Eu espero que os ambientalistas, os mais sensíveis, saibam que nós temos restrições de não utilizar dinamites. Até porque, quando nós nos engajamos a estes projectos, nós assim falamos com os financiadores, porque a questão ambiental é uma questão muito sensível. mas nem que seja de forma controlada ou também partimos para estabilização com maleias, com redes apropriadas. Vamos também poder fazer. Mas de qualquer forma esta questão está acautelada. É por isso que eu falei de fortalecimento do fundo, para as obras de emergência serem cobertas por este fundo.

As derrocadas, os deslizamentos, aluimento de terras, normalmente nós estamos neste período, faz-se com muita predominância.

A questão de desassoreamento na zona Norte, sim, vamos conseguir, com o empreiteiro que lá está, através de obras de beneficiação. Porque normalmente são montantes pequenos. Nós também vamos poder enquadrá-lo e conduzir através do fundo rodoviário. E para dizer que nós estamos a trabalhar na alteração do decreto que cria o fundo, e brevemente estaremos a conduzir para as instituições de competência.

O Bairro Delores na verdade é uma obra que foi iniciada já há algum tempo, mas compreenderá que todas essas obras nós tivemos que fazer opção, vamos ver ao longo do remanescente que podemos ter com as outras intervenções, como poder retomar esta obra.

Quanto ao montante previsto no Orçamento para a proteção costeira, que se fala, e que refere que é um montante muito avultado, é porque nós estamos a falar da Marginal e nós pretendemos que o lote três da Marginal e fique pronto ainda este ano. E nós temos para a Marginal a conclusão da obra antes de Agosto. O que significa que para este ano vai absorver muita verba. Nós estamos a falar de momento, em termos de execução física, que a obra da Marginal está por volta de trinta pouco porcentos. Se nós pretendemos terminar a obra para o próximo ano antes de Agosto, significa dizer que este ano temos que absolver muito mais do que 50% do montante previsto.

Então, eu acredito ter respondido aos Srs. Deputados. Caso por lapso não tenha respondido tudo, estejam à vontade.

Aplausos.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Nós temos duas reações à sua intervenção, eu não sei se posso convidar esses Deputados, para o Sr. Ministro voltar, ou se eu inscrevo os Deputados, para depois serem esclarecidos.

Uma voz: — Aproveitar uma vez.

A Sra. Presidente: — Aproveitar uma vez.

Então, tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Acho que por lapso ou esquecimento não foram dadas respostas a algumas questões. Eu perguntei ao Sr. Ministro das Obras Públicas que tipologia de estrada vamos construir as pistas rurais? Já agora, sem ser isso, acrescento também, qual é o ponto da situação do troço da estrada N1/Canavial, que já tinha engajamento do BADEA e do PREASA? Porque eu não vejo cá no orçamento.

Também levantei a questão de casas devolutas do Estado e as privadas em elevado estado de degradação. Qual é a política do Governo com isto, para resgatarmos melhor o rosto da nossa cidade? Bem assim, terrenos que também estão abandonados?

Agora que estou no uso da palavra, dizer também ao Sr. Ministro para não se preocupar com populismo. Populismo combate-se com competência. No passado, também tínhamos que ter muita coragem para acabar com praia brasil e feira do ponto. E sabíamos que íamos enfrentar populismo, mas o tempo veio dar razão. Portanto, o Governo deve fazer o seu trabalho com competência, ignorar completamente o populismo.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Delfim Neves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma, na mesma esteira.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Mas assim não vai dar, há muita gente à frente.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Não, é rápido, é rápido, Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Mesmo com relação ao que disse o Sr. Ministro? Caso contrário, pode-se agrupar essas questões, e o Sr. Ministro voltar noutra altura, porque há muita gente inscrita.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Eu garanto-lhe que sim.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Porque eu ouvi o Ministro falar sobre o desassoreamento dos rios ser feito pelo Fundo Rodoviário, mas tenho impressão, pelo documento que tenho, que não está inscrito no Orçamento Geral do Estado. Eu acho que para intervenção, devia ser inscrito. É só em jeito de ajuda.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não é necessário que venha agora o Sr. Ministro, porque temos várias outras intervenções e é possível também que dentre elas haja questões dirigidas ao Sr. Ministro. Sr. Ministro, por favor, faça anotações e depois, quando tiver que voltar, traga esclarecimentos aos Srs. Deputados.

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças, aquando da sua primeira intervenção, se desculpou pelo atraso, e eu, em nome dos Deputados que represento e a Líder, digo ao Sr. Ministro, sim, aceitamos as desculpas e, como respeito sempre foi respeito, nós avocamos a discussão da especialidade desses dois instrumentos em Plenário. E em nome deste respeito dizer ao Sr. Ministro que não pode vir falar para cadeiras vazias. Informar que todos os Deputados do MLSTP/PSD, inclusive o Deputado Levy Nazaré, do Movimento BASTA, dirigiram-se à Mesa, informando que se iam ausentar. Alguns não puderam regressar, sobretudo ontem, e a Mesa teve conhecimento. E dizer que os do MCI normalmente não saem. Pese embora estando cá a trabalhar, as pessoas podem sair para atender um telefonema, podem beber água, ir à casa de banho, é natural. O que não pode haver é cadeira vazia por muito tempo.

Informá-lo também que o único Deputado do ADI que se dirigiu à Mesa, informando que ia sair, é o Sr. Deputado Lourenço Freitas, e o resto a Mesa saberá tomar decisões, porque é regimental que quando os Deputados abandonam têm que informar a Mesa. Se não o fazem, a Mesa regista uma falta injustificada.

E é mais isso que eu precisava dizer, então, vamos continuar com as nossas intervenções.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sra. Presidente e a Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, População São-tomense, no País e na diáspora, e todos os Funcionários aqui na Sala, Comunicação Social, as minhas saudações.

Eu trago uma preocupação simples, porque os nossos militantes e eleitores exigem se nós. Daí que quando eles não nos ouvem falar das preocupações que lhes «preocupam» e que nos preocupam nas nossas comunidades, então ficam aborrecidos, podem até nos dar um cartão vermelho. Caberá ao Governo saber dar resposta com relação às nossas preocupações, como já foi dito. Aquilo que é possível, aquilo que

não é possível, que digam aqui, para depois não dizerem que nós não estamos a fazer o nosso melhor papel.

Eu trago uma preocupação, Sr. Ministro das Infra-estruturas, com relação, penso eu, não sei se o termo é próprio, à questão de drenagens. Eu vejo o troço ali de Santo António, onde os lavadores de carros exercem o seu dia a dia, o seu ganha pão, portanto, não sei se o problema que está ali na estrada de Santo António, de Água Arroz a entrar para Santo António, há uma inundação de água. Não vivo naquela localidade, mas como Deputada ao nível nacional acredito que nós devemos nos preocupar com tudo isto, tudo à volta do nacional. Portanto, há uma corrente de água que circula naquela zona. Portanto, eu não sei, isso já vem de muito tempo, já vem de longa data, e eu gostaria de ouvir do Sr. Ministro o que se passa. Penso que é aquele riacho que vem dali de Água Arroz, ou uma coisa qualquer, é que está a danificar aquele troço. E é uma preocupação enorme dos residentes daquela localidade. Isto não é de hoje, não é de ontem, já vem de algum tempo, mas as pessoas se queixam bastante.

E há outra questão, com relação também a defronte à paroquia de Fátima em Bombom. Nós temos ali uma vala de drenagem, mas há um acumular de água, que não há espaço para circular. Quando há chuva de dois ou três dias, é um problema enorme. Há pessoas que já caíram ali, porque não conseguem saber onde é que está a vala, onde é que está o perigo. Daí que já houve várias solicitações ao INAE, mesmo à Câmara Distrital e, segundo informações da Câmara, a problemática não está ao nível da Câmara Distrital de Mé-Zóchi, senão ao nível do INAE ou Ministério das Infra-estruturas. Daí que eu gostaria de rogar a indulgência do Sr. Ministro das Infra-estruturas, para depois enviar uma equipa ali, para fazer um levantamento e ver aquilo que é possível resolver, porque quando construíram ou reabilitaram a estrada, segundo os comentários que nós fomos ouvindo, não tomaram em consideração o tubo de passagem da água. Portanto, o tubo que está ali parece-me que é estreito. Então, é preciso aumentar ou colocar um tubo maior. À semelhança daquilo que fizeram ali para zona de Cachoeira, em que também havia uma inundação de água, incomodava tanto os vizinhos, então fizeram uma correção e, portanto, já não há esse acumular de água. Portanto, eu penso que é semelhante para Bombom, à frente da Paroquia Nossa Senhora de Fátima.

E outra preocupação ainda, desta vez eu penso que é para o Sr. Ministro de Estado das Finanças. Eu tive a oportunidade de visitar o edifício da Direcção de Regulação e Controlo das Actividades Económicas (DERCAE). Portanto, Sr. Ministro, esse edifício está numa condição bastante precária. É que mesmo os funcionários ali estão bastante preocupados, sentem-se deslocados, tendo em conta a situação do edifício. Portanto, eu não sei o que pode ser feito, pelo menos melhorar. Nós sabemos que nós temos algumas limitações com as infra-estruturas aqui em São Tomé, não há espaço, não há nada. Se houvesse espaço, talvez o Centro de Aconselhamento sobre Violência Baseada no Género não estaria naquele, a pagar o que tem que pagar mensalmente. Portanto, nós temos algumas limitações, mas é uma preocupação. Não sei se o Sr. Ministro terá alguma informação, ou registar pelo menos essa preocupação com relação também à DERCAE, para ver o que pode fazer.

Muito obrigada.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Deputada Alda Ramos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Cardoso, Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, os Srs. Membros do Governo que estão cá presentes, Funcionários da Casa Parlamentar, os Técnicos da Comunicação Social, a todos muito bom dia, e um bom dia também a todo povo de São Tomé e Príncipe.

Sr. Ministro, eu o ouvi cá e há uma parte que me chamou atenção, que as empresas que estão a fazer obras que danificam a via alternativa têm que assumir a responsabilidade. Por favor, olhe para aquilo que está a acontecer com a estrada de via de acesso à Assembleia Nacional. Essa estrada vai ter problemas muitos sérios, porque a ACA está a utilizá-la, portanto, definiu apenas uma faixa de rodagem, mas cada dia que passa a situação está a piorar. Portanto, ver com a empresa o que é possível fazer. Caso não, qualquer dia teremos dificuldade de aceder à própria Assembleia Nacional.

Sr. Ministro, eu trouxe aqui algumas preocupações e uma delas se prende mesmo com um acordo de empréstimo que o Governo sâo-tomense assinou com o Banco Europeu de Investimento, para a questão de água para a Capital. A Assembleia Nacional ratificou esse acordo, mas de lá para cá não sei qual é o ponto da situação, em que pé está esse projecto, quando efectivamente havia já um acordo e ratificado por esta Casa Parlamentar.

Entretanto, Sr. Ministro, estive a ver com atenção algumas obras de estrada que estão previstas e quero dizer que, sim, seria bom que o Governo conseguisse efectivamente resolver os problemas dessas estradas que projectou. Tenho por exemplo a reabilitação da estrada EN2, Água Arroz, Melhorada, Caixão Grande, Cruzeiro. Tem um determinado valor, mais de 5 milhões de dobras, e depois tem outro projecto, 7219, ES105 EN2 Bombom, Cruzeiro, no valor de mais 6 milhões de dobras. Tendo em conta que há problemas concretos no Distrito de Mé-Zóchi, aliás alguns deles foram levantados ontem, porque está a parecer-me que há aqui uma duplicação. Quando tenho Água Arroz, Melhorada, Caixão Grande, Cruzeiro e tenho novamente Bombom, Cruzeiro, quer dizer que esse troço deve ir até Caixão Grande, porque já fiz Caixão Grande, Cruzeiro. Qual é a minha proposta? Se é que estou a fazer o meu raciocínio correcto. Porque

estava a ver aqui com o Sr. Deputado Gabdulo, que não está na Sala agora, ele me fazia ver que eram dois troços, mas quando ele entendeu a minha lógica, disse não, tem razão. Agora o Sr. Ministro é que diz se tenho ou não tenho razão. Porque deste valor que estou novamente a reparar Caixão Grande, Cruzeiro, que para mim há uma sobreposição ou valor a mais, se não seria possível canalizar parte desse valor para resolver um problema que ainda ontem o Líder Parlamentar do ADI colocou aqui, a via de acesso à escola de Monte Café. Aquilo é qualquer coisa... não sei se quando preparamos esses projectos com os parceiros e quando indicamos o local da construção não podemos já falar com o parceiro para ver depois a via de acesso. Como é que meto a escola lá e depois tenho o problema de via de acesso? E isso já está lá desde a altura que se construiu e inaugurou a escola.

O meu apelo é ver em que medida efectivamente está a verba Bombom/Cruzeiro, se está a mais, se não é possível irem lá ver aquela estrada. Não sei se aquilo tem 2km de estrada, acho que não, ver o que é possível fazer, nem que seja em calcetada, se seria possível fazer alguma coisa para melhorar aquela estrada. Como dizia a Sra. Ministra ontem aqui, os professores vão, mas têm que ficar na fábrica de água e depois descerem a pé.

Aliás, a Sra. Deputada Alda Ramos, ao usar da palavra, disse que o nosso problema é que os eleitores não vêem que uma vez o deputado eleito ele é do País. Eles acham que os deputados têm o dever de ajudar a resolver os problemas locais. E falando nisso, temos um caso, acho que o Deputado José António Miguel este ano voltou a tocar nisso, para quando a solução do problema de água na Trindade? É que a água passa por Trindade, mas não consegue abastecer Trindade. Qual é a explicação que se deu na altura, quando se fez a nova captação? É que toda canalização da Trindade é velha, nos primeiros dias a água correu, há quem tenha dito que tomou banho de chuveiro, mas depois, porque a canalização é velha, aquilo deve ter entupido e neste momento não é possível a população da Trindade ter água.

Para quando a solução desse problema? Não vou aqui dizer os valores, onde tirar, porque parece estar tudo muito apertado, e também não vou querer que o Governo, neste ano, tenha que resolver tudo, mas são questões que acho que o Governo deverá tomar boa nota e ver como é que pode tentar ajudar a minimizar. E falo da água da Trindade, aí de mim se terminar sem dizer que Monte Café vive a pior crise de água desde que estou naquela localidade. Quer dizer, mesmo com toda a chuva que está a cair as pessoas não têm água. De manhã, ao sair de casa, se me perguntarem como me sinto, muitas vezes envergonhado, vendo as pessoas com vasilhas à procura de água. Elas olham para mim, eu olho para elas, mas não tenho nada a dizer. O que vou dizer? Aqui que tenho que dizer para, pelo menos, elas ouvirem que o Deputado colocou o problema aqui. Por isso estou a colocar isso também.

Sra. Ministra da Educação, ontem já falamos sobre Educação, mas mal cheguei à casa, peguei no meu telemóvel, quando estou aqui está sempre em silêncio, e vejo uma mensagem que me manda um professor da Escola Secundária Básica António Francisco, de Monte Café. É mais um outro problema, quando concebemos esses projectos. Como é que vou construir um projecto de uma escola com aquela dimensão, com toda aquela beleza, e não ter um campo para a prática de desporto? Os alunos fazem educação física sim, mas quando chove não há educação física. Sei que depois o XVII Governo ainda tentou, com a empresa petrolífera, só que depois não sei em que pé ficou. Mas seria bom vermos essas questões. Não posso ter uma escola toda muito linda, mas depois não ter um espaço para se fazer educação física. Não estou a dizer que o Governo tem que resolver agora, já, imediatamente, neste ano, mas são questões que gostaria que o Governo tomasse boa nota, para ver no Orçamento do próximo ano o que será possível fazer. Mas as questões de água, de via de acesso para a escola de Monte Café e água da Trindade, por favor, se for possível fazerem alguma coisa este ano, agradeço.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia e da Comunicação Social, boa tarde. Permita-me só fazer uma nota introdutória.

Muitas vezes, alguns Deputados que já ocuparam funções de governação no passado, quando vêm a este púlpito apresentar alguma ideias e propostas, há alguns rumores de que estiveram lá, porque não fizeram ou apresentaram essa ideia? Para dizer que o facto de já ter estado lá e não ter feito muitas das coisas que apresentamos aqui, às vezes não tem nada a ver com falta de vontade ou falta de competência. É mesmo resultado do contexto financeiro e social que encontramos, que não nos permitiu, na altura, fazer algumas coisas, o que não impede que hoje, nas vestes de deputado, representante do povo, possamos chamar atenção para algumas questões pendentes, e naturalmente apresentar também propostas de execução.

No fundo, o objectivo é o mesmo, tentar que este ou qualquer outro governo que vier possa fazer o melhor para São Tomé e Príncipe. No meu caso, enquanto Deputado, parafraseando a saudosa Amália Rodrigues, «falarei até que a voz me doa».

Entrando no debate na especialidade, foi dito aqui que estamos a compactar os quatro Ministérios que estavam previstos para hoje, vou separar a minha intervenção em duas partes.

Primeiro, mais virado para o Ministério da Economia e Finanças e o Ministério das Infra-estrutura e depois, se houver tempo, falarei da Agricultura, Ambiente e Turismo.

É pena que o Sr. Ministro das Finanças não está, porque a questão que iria falar era directamente para ele, mas vou passar já para o Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais.

Se nota, muitas vezes, as minhas intervenções não têm muito a ver com o que está explanado no Orçamento, mas também o que está a faltar, na lógica de indagar e perceber por que é que está a faltar e qual é o caminho que algumas acções estão seguir. Por isso, começaria, Sr. Ministro das Infra-estruturas, por perguntar o que é feito do Plano Nacional de Ordenamento do Território (PINOT)? Lembro-me de que, na sessão passada, quando fiz uma intervenção geral sobre a questão dos planos nacionais, muitas pessoas perguntaram e disseram que esqueci de mencionar um plano muito importante que é o PINOT. Realmente, têm razão. O Plano Nacional de Ordenamento do Território é um plano muito importante. Lembro-me que foi apresentado ao XVII Governo, creio em 2021, foi aprovado em Conselho de Ministros e remetido à Assembleia, mas parece que morreu. Já não se ouve falar do plano, não aparece neste Orçamento a sua implementação, ou pelo menos a indicação da fase dois. Também me lembro que estava prevista uma fase dois do Plano Nacional de Ordenamento do Território, depois os planos distritais de ordenamento do território. Havia disponibilidade, na altura, para financiamento a nível do BAD.

Portanto, Sr. Ministro, como eu disse, era para trazer à baila este assunto, que é importante, e perguntar o que é feito do PINOT, que sei que está sob a tutela do seu Ministério. Não foi implementado, não sei dizer se realmente chegou a ser aprovado pela Assembleia Nacional, então queria esclarecimento. Em que ponto está e o que este Governo pretende fazer em relação ao PINOT, que é um plano muito importante.

E depois, em relação às empresas públicas, sobretudo, ENASA e ENAPORT, estão aqui à volta dessas grandes ideias de concessão ou privatização, as GOP não referem, nem o Programa do Governo fala qual é o objectivo deste Governo com relação à ENAPORT e à ENASA. E aqui no Orçamento também não vejo nenhuma indicação, é para manter, é para concessionar, vai-se renegociar os supostos acordos que foram assinados, vai-se recuperar? No caso da ENAPORT, o acordo com a Safebond está em negociação, não está? Era para esclarecer isso, porque estive a ver o orçamento da ENAPORT e sabemos o estado em que a empresa está, as dificuldades que enfrenta, as necessidades que tem, e vejo aqui a proposta de investimento da ENAPORT para o ano 2025, algumas coisas que causam, no mínimo, interrogação. Vou só dizer algumas rubricas para terem noção do que estou a falar. Por exemplo, código 221, «edifícios não residenciais». Não sabemos o que é isso. E quando diz edifícios não residenciais, não diz se é construção, se é reabilitação, o que é, com uma verba de 2.9 milhões de dobras.

Na rubrica 22101 outra vez «edifícios não residenciais», depois vem a seguir «edifício para uso administrativo». Depois na outra rubrica a seguir «outros edifícios não residenciais». Não se percebe o que isso quer dizer. Volto a dizer, que edifícios são esses? É reabilitação? É compra? Como é que é?

E na parte de equipamento de transporte vem simplesmente a «equipamento básico, 50 milhões de dobras». Equipamento básico para quê? É grua, é rebocador, é para comprar, é para recuperar?

Chamo atenção para essas pequenas falhas, porquê? Na lógica daquilo que disse que é o princípio de especificação que deve conter no orçamento, as despesas têm que estar bem especificadas, porque depois não nos permite, na análise, saber do que se trata e se calhar não era necessário indagar o ministro, mas trago à baila para ver se o senhor conhece o orçamento da ENAPORT e se realmente sabe do que se trata.

Mas antes de vir responder o que este Governo quer fazer com a ENAPORT e com a ENASA, nomeadamente os contractos de concessão que foram assinados pelo anterior Governo, voltando ao Ministério das Finanças, já está cá o Sr. Ministro das Finanças, também vou fazer uma abordagem de uma questão que acho que é preciso trazer à baila. Costumamos dizer que a democracia tem custos e temos que assumir esses custos. Estou a falar da questão da morada oficial do Primeiro-Ministro. Temos visto em vários governos, que vários Primeiro-Ministro chegam e têm a necessidade de arrendar uma casa. Ou porque não vivem cá, não têm residência cá, ou porque a casa em que residem não tem condições.

Uma voz do ADI: — Já está a picar.

O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD): — Não estou a picar, estou a dizer a verdade, os senhores sabem.

Chega e há necessidade de arrendar a casa. O último Primeiro-Ministro tinha uma casa arrendada ali na Rua Damão.

O Sr. Elísio Teixeira (ADI): — Mas tem residência em Praia das Conchas.

O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD): — E ouvi dizer que este Primeiro-Ministro a casa também não está em condições, parece que quer arrendar, ou está previsto arrendar uma nova casa. O Sr. Ministro pode me confirmar se é verdade ou não? Não estou a dizer isso com ironia, é um assunto de Estado. Acho que temos que começar a pensar na construção de uma residência oficial para o Primeiro-Ministro. Não estou a dizer por ironia. Acho que há necessidade de ter um residência oficial, por questões de segurança, questões até de adequação da equipa de segurança que ele tem, e às vezes o Primeiro-Ministro tem a necessidade de fazer uma recepção em casa, receber alguns dignatários e não tem,...

Uma voz do ADI: — Isso é que está a ser demais.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — ... estou a falar do Primeiro-Ministro. Sei que não dá para tudo. Naturalmente, em condições normais, a Presidente da Assembleia também, os titulares dos órgãos de soberania,...

Murmúrios.

... volto a dizer, não estou a falar com ironia. Estou a pegar em exemplos concretos do passado, para dizer que supostamente já gastamos muita verba com arredamento de casa para os primeiros-ministros e se calhar essa verba dava para, sei lá, pedir um crédito, começar a avançar e a pensar na residência oficial do Primeiro-Ministro. Porque mesmo alguns que não mudam de casa são obrigados a ter intervenção nas suas casas, para albergar a equipa de segurança. É uma questão de Estado. Não sei se é possível começar a enquadrar isso neste Orçamento, mas vou lançar uma proposta e o Sr. Ministro das Finanças depois dirá se é possível ou não, para que se comece a pensar nisso.

Já se viu aqui muitas rubricas em vários ministérios que há a reabilitação dos edifícios e acho que alguns têm valores avultados e são valores recorrentes. Em quase todos os orçamentos vem reabilitação de edifícios, edifícios das Finanças, do Gabinete do Primeiro-Ministro, tem aqui edifícios dos Tribunais. Se for possível este ano, que tirasse uma verba desta rubrica geral, 20%, 10%, 15%, para se começar a pensar na residência oficial do Primeiro-Ministro. Se não for possível, está lançado o debate, a ideia para que nos próximos tempos pensemos nessa questão que volto a dizer, é uma questão de Estado.

Por fim, deixar só um alerta. O Sr. Ministro das Finanças falou na questão de dificuldade de cobrança das casas do Estado. Volto a dizer que estamos a 50 anos,...

Uma Voz do ADI: — Casas sociais.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — ... casas sociais são casas do Estado. O Estado é que põe à disposição, é casa do Estado. E é um assunto recorrente. Por politiquice nossa, temos que assumir, por questões políticas, os sucessivos governos têm medo de tocar neste assunto, mas toda gente que assina contratos, tanto para a compra de casas sociais ou casas do Estado, como para créditos que o Estado dá, depois não cumpre, porque diz que é coisa do Estado, é do povo, ninguém vai meter comigo, e nós os partidos políticos também damos alguma guarida a esta questão. E é preciso mudar de atitude, mudar de postura, mudar de paradigma. Quem pede crédito ao Estado ou compra casa do Estado tem que pagar. Se não pagar, simplesmente tem que haver mecanismos para se agir, de uma vez por todas, começar a dar exemplo. Se calhar, assim vai-se influenciar à mudança que precisamos.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Laudino Jesus.

O Sr. **Laudino Jesus** (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, boa tarde.

Seguindo a ideia sugerida inicialmente pelo Sr. Deputado Delfim Neves em elencar as preocupações a todos os ministérios programados para hoje e depois os Ministros responderem, de acordo com o assunto que for dirigido. Vou falar de dois Ministérios, Infra-estruturas e Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável.

Relativamente ao Ministério das Infra-estruturas, não quero ser repetitivo, porque a minha colega Deputada Celisa Aguiar, do Círculo Eleitoral de Cantagalo, já esvaziou quase toda as minhas intervenções, não quero repetir tudo quanto ela disse, mas apenas para um esclarecimento ao Sr. Ministro.

Conforme disseram alguns Deputados que me antecedeu, nós por vezes somos cobrados pela base, pelos nossos eleitores. Para dizer que quem não se acautela que tudo quanto estamos a fazer aqui está sendo seguido pela população, se engana, porque ontem, logo que cheguei em casa, fui interpelado por um morador em Cantagalo, relativamente à questão de abastecimento de água para a Cidade de Santana e arredores...

Uma Voz: — Outra vez.

O Sr. **Laudino Jesus** (ADI): — ... sim, outra vez, mas não vou ser muito repetitivo. É apenas um esclarecimento ao Ministro de tutela. Até poderia ter este esclarecimento, se calhar em off, não nesse púlpito, mas sei que a pessoa que me interrogou está também a seguir e não só, a população em geral.

Aquando da discussão na generalidade, o Sr. Ministro esteve neste púlpito a justificar os sucessivos atrasos na inauguração da obra de abastecimento de água para a Cidade de Santana e arredores. Falou que os trabalhos estão praticamente feitos e a questão de técnica de colocar água em carga demora para aí 30 dias, para depois a obra ser entregue.

O tal residente disse-me, não quero dizer que não seja verdade, mas apresentou uma outra justificação que trago para este púlpito, apenas para esclarecimento. Disse que a questão é a dificuldade das 800 ligações domiciliares que estão incluídas no projecto que ainda não foi concluído. É por isso que a obra não foi entregue. Eu gostaria apenas de um esclarecimento da parte do Sr. Ministro.

Para economizar o tempo, vou saltar imediatamente para a Sra. Ministra do Ambiente. Sra. Ministra, também a título de esclarecimento, ouvi dizer, como se costuma, dizer nós deputados não podemos

propalar o «ouvi dizer», temos que ter fonte segura, mas fala-se de um projecto afecto à Direcção de Turismo e Hotelaria, para a requalificação dos pontos turísticos.

Procurei aqui no Orçamento, no capítulo de projectos afecto à Direcção de Turismo e Hotelaria, que acho que é onde deveria estar, se estiver errado que me corrija, mas não vi. A minha questão é, não estando aqui inscrito este projecto de requalificação dos pontos turísticos, será que não teve perna para andar? Se sim, não estando inscrito, é possível a sua execução?

E para finalizar, Sra. Ministra, aquando da discussão na generalidade, levantei duas questões, não sei se são questões, mas não obtive resposta, e acredito que uma delas é mais sobre a política do sector, a questão da necessidade do porto turístico para as Ilhas de São Tomé e Príncipe, mas vamos primeiramente tratar de São Tomé e depois trataremos do Príncipe.

São essas duas questões que eu gostaria de trazer para os Ministérios de Infra-estruturas e de Ambiente.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Pereira.

O Sr. Messias Pereira (ADI): — Sra. Presidente, aquando da minha última intervenção aqui no púlpito, abordei o Sr. Ministro das Infra-estruturas num quadro de unidade nacional. A Região Autónoma do Príncipe deve ter um polo representativo das instituições do serviço público, por isso sugeri e apelei ao Sr. Ministro que facilitasse essa representação na Região Autónoma do Príncipe, de forma que os empreiteiros pudessem ter acesso à regularização da sua documentação. Quando o Sr. Ministro vem aqui e diz que os empreiteiros da Região operam na ilegalidade, deixa os empreiteiros da Região Autónoma do Príncipe mais debilitados e tristes com a sua resposta. Gostaríamos que nos ajudasse a resolver esta situação.

As grandes obras que estão a ser feitas na Região Autónoma do Príncipe, temos a estrada de Abade, Belavista a cargo da Empresa AAJ. Tem alvará, mas isso já está a ser feito há 5 anos e não concluiu. Não sei se o Sr. Ministro já deu démarches para saber junto desta empresa se vai concluir ou não.

Temos outra empresa com a água do sul, mas há 4 anos que a população do sul não vê nenhuma gota de água nas torneiras, a cargo da Empresa CONSTROMÉ. Tem alvará, mas há 4 anos que não dá resposta.

Sr. Ministro, eu agradecia que contactasse a Empresa CONSTROMÉ, que tem alvará, para que desse resposta, porque a água do sul, depois de 4 anos, ainda não está pronta.

Tem ainda outra empresa que tinha a Escola Paula Lavres, que ontem a Sra. Ministra da Educação falou, que é a Sol Maior. Recebeu 50% do valor, qualquer coisa como meio milhão de euros, e abandonou a obra. O financiador voltou a fazer concurso, entregou essa obra a uma empresa, a EPSTT3, que também deve ter alvará, empresa de São Tomé e que a Sra. Ministra da Educação também visitou, e não está a dar resposta a esse problema.

Tem outra empresa também que está com a estrada do sul, há mais de 3 anos que anda lá a gatinhar, não consegue resolver. A Empresa da Silva tem alvará, mas não consegue dar resposta a esse problema.

Como vê, Sr. Ministro, a população pede resposta.

É por isso que estamos aqui, falamos em nome da população, para obter resposta sobre essas empreitadas. Não é para criticar o Governo, mas sim para obter resposta sobre estes assuntos.

Também temos outra empresa, ECOMOVE, que tem a empreitada do depósito de água de Porto Real e o posto de polícia, na recta do Porto Real. E também não sabemos por que é que essa empresa que tem alvará ainda não concluiu essas obras. Pronto, é por isto que eu queria que o Sr. Ministro desse resposta à população santomense residente na ilha do Príncipe.

Também para o Sr. Ministro das Finanças, já que estamos aqui a discutir de forma transversal todos os Ministérios, na análise que fiz aos orçamentos, verifiquei que o Ministério das Finanças tem como valor para pagar ao pessoal civil qualquer coisa como 12 milhões de dobras e ao pessoal militar 7 milhões de dobras. Eu queria um esclarecimento da Sr. Ministra. Se a massa salarial é afecto ao pessoal militar em 35%...

Murmúrios.

Não está aqui, não sei se é das Finanças ou de onde faz os pagamentos, mas está 12 milhões para o pessoal civil e 7 milhões para o pessoal militar.

Murmúrios.

Eu vou verificar e depois vou dizer, mas está aqui 12 milhões de dobras para o pagamento de pessoal civil e 7 milhões para o pessoal militar. Isso quer dizer que 35% da massa salarial é afecto ao pessoal militar. Os militares são assim tantos em São Tomé e Príncipe?

Obrigado.

Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Messias Pereira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Teodorico Campo.

Sr. Teodorico Campos (ADI): — Sra. Presidente e os membros da Mesa, Caros Colegas Deputados, Srs. Ministros, População São-tomenses, residentes e na diáspora, Técnicos da Comunicação Social: Eu dirigi-me a este púlpito para colocar algumas preocupações, mas primeiramente, Sra. Ministra do Ambiente e Turismo, para dizer que recentemente falamos sobre a questão do lixo, e é verdade que não é só trabalho do Governo e das Câmaras, mas de todos nós. Temos que abraçar esta causa. Nós temos constatado que os agentes policiais a nível da nossa Cidade Capital percorrem, nas primeiras horas do dia, algumas áreas, mas se nós repararmos, depois do segundo período, a Cidade Capital se enche de lixo, as nossas senhoras vendedoras, as palaiês, abandonam o mercado de Bôbô-Fôrro, vêm para a Cidade Capital. Continua sempre difícil encontrarmos a solução. Como eu já havia dito, para além destas feirantes, temos o negócio de fardo, que circula todo canto da nossa Cidade Capital. Por isso, é preciso que o Governo possa tomar decisão, de uma vez por todas, porque pelo menos sabemos que aos domingos a Câmara devia organizar um espaço para a feira e essa feira tem que ser de tudo, e criar melhores condições, porque nós sabemos que a nossa Capital é o cartão de visita. Recentemente, temos tido muitos turistas no nosso país, que circulam pela Capital, e coisas feias também são deparadas. Por isso, quero pedir ao Governo que dê uma maior atenção.

Indo agora ao Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, eu quero aqui dizer ao Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, que conhece muito bem a casa, que no âmbito do orçamento, felizmente mais reforçado, eu vejo cá a rubrica de aquisição de materiais no sistema de apoio a fileiras agrícolas de exportação, mas não vejo concretamente esses dois projectos, quer da União Europeia quer de Portugal. Em qual deles está integrado o projecto PAFAI, que é o projecto de exportação também de produtos agrícolas? E nós temos o CIATI, que sabemos que embora com algumas modernizações infra-estruturais ainda continua a carecer de equipamentos e de alguns serviços. E infelizmente dentro do pacote eu não vejo nada concernente ao CIATI, relacionado com este sector e não só, incluindo a BECAF. Nós sabemos também que o FAO é o nosso grande parceiro, mas aqui eu vejo uma rubrica para o recenseamento agrícola, sendo que o Ministério já tinha contemplado este financiamento. E a minha dúvida é se a FAO, neste momento, só vai nos apoiar e continuar a nos apoiar no recenseamento agrícola ou nas outras vertentes. Porque estamos a falar de segurança alimentar e nutricional e nós sabemos que o FAO também nos tem estado a ajudar com os matérias vegetais, não sei se é apenas através do projecto COMPRAM, ou também se iremos ter algum apoio concernente a esta instituição que sempre tem sido o parceiro do Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.

Concernente ao PRIASA III, fico feliz em saber que as obras irão arrancar, e também é do meu conhecimento que todas elas serão de calçada, que terão grande durabilidade, por ser zonas de muita perigosidade.

Portanto, são essas as preocupações que eu trago, Sra. e Srs. Ministros.

Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Teodorico Campos.

Nós temos 7 inscritos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, Líder Parlamentar do MCI/PS-PUN.

Sra. Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN): — Obrigada, Sra. Presidente.

Passo a cumprimentar a Sra. Presidente e os Membros que compõe a Mesa. Boa tarde, Caras e Caros Deputados, Sras. e Srs. Ministros, Srs. Técnicos das Finanças, Srs. Técnicos da Comunicação Social. Cumprimentar também os que nos escutam a partir da diáspora.

Inscreveo-me para trazer também algumas preocupações ligadas ao Ministério das Infra-estruturas e também da Agricultura.

Sr. Ministro das Infra-estruturas, nós ao nível de Caué temos algumas obras, eu falo propriamente daquilo que são jardim de infância, vi isto quanto discutímos na generalidade. Falei de reparação do Jardim de Angolares, a Sra. Ministra, na altura, respondeu que está contemplado no Ministério das Infra-estruturas, no código 6510, que é melhoria do indicador, no sector de água e saneamento. Há essa verba, mas eu gostaria que o Sr. Ministro pudesse ver, porque há necessidade de esse Jardim ser pego o mais rápido possível, porque já começou a chover em Angolares. Antes de ontem e ontem, logo de manhã, as serventes tiveram que fazer limpeza nas salas. Quanto ao tecto, já não pode esperar por muito tempo.

Também vi inscrito no Orçamento Geral do Estado construção de um jardim em Praia Pesqueira. Já está no Ministério da Educação, mas nunca é demais reforçar ao Ministério de Infra-estruturas. Porque o que eu vi é que nós cometemos um erro, quando construímos uma casa ou um edifício, pensando só no número das pessoas, ou seja, daquelas crianças que vão ter a oportunidade de estar naquele espaço, não pensando daqui a 5 ou 10 anos, o País é jovem e há produção. Eu falo isso com provas concretas, porque é o caso da construção do Jardim de Angolares. Nos anos 90, construiu-se aquele jardim para um número de alunos, 150, mas hoje temos por volta de quatrocentos e tal alunos no Jardim de Angolares, e o espaço é o mesmo de lá para cá. O número de crianças aumentou, mas o espaço continua o mesmo. No jardim de Iô Grande, improvisou-se um espaço, que é a própria Escola Primária dessa comunidade, nós todos sabemos que as crianças do jardim têm espaço próprio para brincadeiras, para correr. Estando no edifício da escola primária de Iô Grande, muitas vezes perturba as aulas daqueles que são mais crescidos. Então, vendo aqui no orçamento das Finanças, gostaria de convidar o Sr. Ministro das Finanças para ser o padrinho daquele jardim das crianças de Iô Grande, e procurar um espaço para construir um jardim na realidade que albergue

todas essas crianças, para não estarem na escola primária. Elas têm a sua especificidade e não podem estar na escola primária. Não sei se o Sr. Ministro aceita o convite de ser o padrinho, mas está lançado o convite.

Também para o Jardim da comunidade de Praia Pesqueira convidou a Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direito das Mulheres, para ser a madrinha.

Murmúrios.

Eu trago estas propostas, porque eu gostaria, no meu tempo, ter alguém que fosse padrinho da escola onde eu estudei que me ajudasse a sair de Ribeira Peixe, com 10 anos, para vir estudar na Escola Preparatória de Angulares. Eu caminhava a pé todo esse espaço. Se hoje eu peço, é porque eu sei que há necessidade, Sr. Ministro das Infra-estruturas, que o Jardim de Praia Pesqueira ser também construído ainda neste ano, antes do início do próximo ano lectivo, de forma que as crianças com 3 anos não tenham que andar, sair da Comunidade de Praia Pesqueira, para a Comunidade da Ribeira Peixe. Quem já fez percursos para esses sítios sabe que para uma criança de 3 anos é muito. Então, é por isso é que eu peço aqui, faço apelo a padrinhos e madrinhas, que procurem, porque é muito mais fácil conseguir meios estando no Distrito de Água Grande.

Só para reforçar e fazer um apelo, porque a Deputada Alda Ramos já me antecedeu naquilo que toca à DERCAI. Estive cuidadosamente a folhar as páginas, de um lado para outro, mas não vi, não sei se os Srs. Ministros podem dizer-me em qual Ministério está afecto a Direcção de DARCAI, que é da Inspecção Económica....

Uma voz: — *Ministério das Finanças.*

Sra. Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN): — ...Direcção das Finanças, ok.

Não vi nenhuma melhoria para este serviço. Nós sabemos que no ano passado a 5.ª Comissão Especializadas visitou algumas Instituições do Estado, e nós vimos que não vale a pena exigir muito, quando não criamos condições para que essas pessoas consigam fazer aquilo que na realidade elas precisam fazer. Eu sou de opinião, e sempre pedi, que haja descentralização desses serviços. Só em termos de exemplo, no ano passado, quando a Inspecção Económica passou a informação de que iria passar de Distrito em Distrito, para ver como estão os produtos nas barracas e nas lojas, quando chegaram em Angra Toldo Praia, quem estava em Angolares fechou o espaço, desapareceu das suas respectivas lojas. Isso quer dizer que as informações vazam. Polícias de colete, aqueles que vão fazer a fiscalização de corte abusivo de árvores, vão e fazem alarme, e não apanham nada, não se consegue apanhar as pessoas em flagrante. Por isso, eu sou de opinião que esses serviços devem ser descentralizados, criar condições para essas pessoas trabalharem, para que nós não reclamemos sempre das mesmas coisas.

Quanto àquilo que toca o problema de água, Sr. Ministro de Infra-estruturas, no dia 22, nós comemoramos o Dia Internacional da Água e ouvindo aqui todos os Deputados dos respectivos Distritos apelaram à água. E eu ouvi do Director da Água dizer que as infra-estruturas para água, quase todas, estão inoperantes. E não vejo nenhum programa de reabilitação ou construção de cisternas. Conforme aquilo que diz, mudanças climáticas. Cada dia que passa vai chovendo menos e, segundo o Director, os reservatórios estão construídos em zonas altas e sabe-se que o País depende da água da chuva. Quando não chove, a água não consegue chegar à população. A água pode chegar aos reservatórios, mas não consegue chegar à população. E isso vem afectar a comunidade de Colónia Açoriana, onde as pessoas têm que recorrer até ao rio de Ribeira Afonso, para poderem conseguir água. Porque não estão a ter água. E nós sabemos que água é um bem precioso, um bem que não deve faltar em casa dos cidadãos. Por isso, há que se ver uma forma de tentar melhor as nossas construções de reservatórios. Porque se nós formos ver, Cabo Verde também tem zonas montanhosas, eu já tive oportunidades de estar em Somada, onde se abre a torneira a água sai da torneira com muita pressão, não é no rés-do-chão, no prédio, seja lá em que piso for. E aqui em São Tomé, a minha casa é rés-do-chão, mas não tem água. Quando se abre a torneira no quintal, a água já não sobe para a casa de banho. Então, todos esses dias, como em Angolares não tem estado a chover, nós somos obrigados a sair de casa para apanhar água no chão, porque a água não é suficiente não subir, por falta de pressão. E escutei o Director falar que por falta de motobomba alguns desses chafarizes não consegue expulsar a água com força, de forma que chegue a todas essas regiões do alto.

Sr. Ministro, eu tenho uma preocupação que foi colocada pelos trabalhadores da empresa CONSTROMÉ. Esses mesmos trabalhadores pedem para poder fazer uma intervenção acerca da situação deles. dizem que a empresa fechou, algumas pessoas foram desempregadas, até hoje essas pessoas não conseguem encontrar pessoas da SOCOBRISSE...

Murmúrios.

... segundo eles, CONSTROMÉ. Eu não sei, tenho que ver o que é que se passa na realidade, se foram desempregados pela SOCOBRISSE ou pela CONSTROMÉ, mas nós não podemos deixar essas pessoas na situação em que estão, porque muitas vezes não são culpadas de estarem na situação em que estão.

São essas preocupações que eu trago.

Sr. Ministro da Agricultura, quando estávamos aqui a discutir na generalidade, o senhor disse aqui que se construiu algum serviço na zona Sul e na zona Norte, e que esses mesmos estabelecimentos não estão a ser utilizados. Eu aqui gostaria de solicitar o que é que o senhor pensa em fazer com essas infra-estruturas. Se é uma infra-estrutura que se viu a necessidade de construir, por que é que ela não está em funcionamento? Eu digo isto, porque no caso da infra-estrutura da CADR, que está na cidade de Angulares, na zona da serração, aquele edifício encontra-se fechado, porque terminou, mas não foi apedrejado. Mas como é que fazemos um edifício e não apedrejamos? Não colocam as coisas básicas que as pessoas precisam e depois queremos que as pessoas usem o espaço. Então, antes de exigirmos que as pessoas usem o espaço, criemos as condições.

Muito obrigada.

Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Deputada Beatriz Azevedo, Líder Parlamentar do MCI/PS-PUN. Tem a palavra o Sr. Deputado Ossáquio Riôa.

Sr. Ossáquio Riôa (ADI): — Muito obrigada, Sra. Presidente e a Mesa, Srs. Deputados, Srs. Ministros, Técnicos da Assembleia Nacional, Técnico da Comunicação Social.

Até hoje, eu não queria tomar a palavra, mas urge falar de algumas coisas, e vou começar com o Ministério das Infra-estruturas, a título de uma proposta. Venho estudando o documento e eu gostaria que todas as bancadas pudessem acolher esta minha proposta, em jeito de ajudar o Governo a usar o pouco recurso que nós temos. Vi no orçamento a estrada que liga Santo Amaro a Saton e, fazendo as minhas análises, pensei numa proposta que, para mim, pensando bem, é prioridade das prioridades. Sr. Ministro, seria Santo Amaro ao Aeroporto.

Esta é a minha proposta, para ajudar o Governo, e Saton ficaria para uma próxima oportunidade.

Fico por aqui quanto a Infra-estruturas e vou partir para o Ministério da Agricultura. Sr. Ministro, meu amigo Eng.^º Nilton Garrido, eu havia lançado, na generalidade, uma questão, mas não fui clarificado. Perguntei se a estrada de Água Izé a Claudino Faro seria faseada ou se era mesmo directamente de Água Izé a Claudino.

Outra situação, quanto ao Ministério da Agricultura, sinto-me preocupado com a saída de muitos agricultores para o exterior, mormente a Portugal, o que tem estado a contribuir negativamente para a nossa produção local.

A título de a minha contribuição, gostaria de colocar como proposta que o Sr. Ministro junto ao seu Governo criassem uma espécie de projecto de incentivo aos agricultores, para eles se sentirem à vontade dentro do seu país, dentro das suas comunidades, para produzirem mais e com uma garantia, para termos maior produção local.

Aproveito também para pedir ao Sr. Ministro, já que temos o PRIASA a assumir as pistas rurais, para a fazer uma visita de cortesia à estrada, é uma pista rural, que liga Zandigo Santana à Roça Quimpo.

Fico por aqui quanto ao Ministério da Agricultura, falarei do Turismo também em jeito de minha contribuição.

A Sra. Ministra falou muito, na generalidade, que podemos criar mecanismos para alavancar o nosso turismo, que temos potencialidades reais para o turismo, com localidades próprias para avançarmos o nosso turismo, como por exemplo: Anambó, Fernão Dias, Boca do Inferno, Lagoa Azul, por aí fora. E eu gostaria que o Governo desse tratamento próprio a essas localidades, para atrair os turistas que vêm visitar o nosso São Tomé e Príncipe. Neste sentido, gostaria de falar da zona de Boca do Inferno. Sabemos que há muitos jovens que terminam o 12.^º ano neste país e ficam à sua sorte, e falo concretamente dos jovens de Boca do Inferno. Temos lá jovens da localidade de Plano que vivem a sua vida lá, vendendo materiais de escultura e dawa para os turistas. Pediria à Sra. Ministra que fizesse uma visita a esses jovens, conversar com eles, dar formação, ajudando-os com um microcrédito, para eles continuarem com esse processo, porque o País permite.

A Sra. Presidente: — Temos mais oito inscritos, não sei se algum Ministro quer fazer intervenção. Se não, vamos seguir, só falta uma hora.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Economia e Finanças.

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — Primeiramente, fazer aqui uma observação, primeiramente aos meus colegas, para quando tiverem que vir aqui ao púlpito responder, para serem muito concisos, para podermos ganhar tempo.

Dizer que naquilo que tem a ver com transferência para o Fundo Rodoviário, Sr. Deputado Gabdulo Quaresma, está em 5794 «encargos gerais». Pode não ser suficiente, mas lá tem uma verba de transferência para o Fundo Rodoviário.

Edifício onde funciona a DERCAE, sim, é um edifício que por acaso faz parte da tutela do meu Ministério e estamos a ver junto ao PRIASA III a possibilidade de incluir ali alguma reabilitação. Da mesma forma como falamos da DERCAE, também falamos do edifício onde funciona a Direcção do Orçamento, Tesouro e Património. A parte de cima também está muito mal.

O Sr. Deputado Raúl Cardoso falou aqui do acesso ao Palácio dos Congressos, com essa obra da ACA. As empresas têm uma obrigação social e, no âmbito dessa obrigação social, para poderem fazer essa intervenção.

Temos a questão de Monte Café. É uma questão de o Governo tomar boa nota, a questão de crise de água que não está aqui, porque também precisamos de chamar atenção que estamos a falar de um orçamento para 9 meses, e não é possível incluir tudo.

O Sr. Deputado Wuando Castro que ouviu dizer que o Sr. Primeiro-Ministro quer arrendar uma casa e fez a pergunta directamente ao Ministro das Finanças. Como vê, não há nenhuma verba aqui para o Primeiro-Ministro arrendar uma casa, mas estou de acordo que temos que pensar numa casa oficial para os chefes do governo, mas também dizer que ao arrendar esta casa o Primeiro-Ministro tem dentro da sua rubrica de salário, «renda de casa». Portanto, não há de sair nem mais um tostão do erário público neste sentido.

Quanto ao jardim de Iô Grande foi-me feito um convite. Como recusar esse convite, quando é feito publicamente? O Ministro não tem outra alternativa senão abraçar o convite de apadrinhar a escola de Iô Grande, se bem que também tenho muita ligação com a Praia Pesqueira, também fiz questão de que a Praia Pesqueira estivesse ali neste orçamento deste ano.

Creio que em traços gerais é tudo, vou pedir outra vez mais aos meus colegas para virmos aqui com muita capacidade de síntese de resposta.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (Nilton Garrido): — Sra. Presidente da Assembleia, Caros Colegas Ministros, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, boa tarde.

É verdade que o meu colega das Finanças pediu a capacidade de síntese, mas devem compreender que algumas questões foram levantadas aquando da discussão do OGE na íntegra e ainda ficaram por responder. Por isso, peço um pouco de paciência, porque as pessoas lá em casa têm estado a perguntar por que é que o Sr. Ministro da Agricultura não responde a algumas questões. As pessoas não percebem que ainda estávamos na generalidade, e vou aproveitar este momento de especialidade para responder a algumas questões.

No dia 25, anteontem, o Sr. Deputado Teodorico Campos levantou algumas questões que tem a ver com a falta de técnicos no Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, a falta de matabala, problemas de roubo e animais soltos.

A questão da falta de técnicos no Ministério da Agricultura é recorrente, já vem de alguns anos para cá, e uma das medidas que tomamos em primeiro lugar foi fazer algum ajustamento. Alguns técnicos que atingiram a idade de reforma, nós contratamos em regime de prestação de serviço, para que possam ainda dar o seu contributo, porque ainda se encontram em plenas condições. Mas como disse, é uma questão de política e de continuidade de política do Governo, porque já de algum tempo para cá não temos formado jovens na área da agricultura, pecuária e pesca. Portanto, o sector é pouco atractivo, e os jovens preferem, muitas vezes, ir para outros sectores de actividade. Daí que o desafio de facto não é só ao nível do Ministério da Agricultura, é um desafio de encontrarmos, através do Ministério da Educação, alguma discriminação positiva na atribuição de bolsas, quer externas quer internas, afectando uma quota a esses sectores produtivos. Estamos aqui a falar de um sector fundamental para a vida de todos nós. Estamos aqui de pé, é verdade, daqui a pouco estamos todos com fome e vamos almoçar. Podemos discutir obras, estrada e tudo, mas com fome não temos saúde e não conseguimos. Portanto, é preciso começarmos a olhar para os outros sectores com olhos de ver.

A questão da matabala já é recorrente, a matabala padece de uma praga. Nas zonas mais produtivas, Boa Esperança e Colónia Açoriana, os trabalhos estão em curso, mas ainda não se conseguiu descobrir a praga e o tratamento. A verdade é que recentemente estive em Boa Esperança e os agricultores disseram que a planta tem bom crescimento vegetativo, mas depois de um certo ponto acaba por morrer. Cabe ao CIAT ainda continuar o serviço de investigação.

E, paralelamente a isso, fazendo a ponte com a questão que foi levantada, também na altura, pelo Sr. Deputado Guilherme Octaviano, sobre citrinos. O problema de citrinos também ainda não conseguimos debelar. As pesquisas apontam que normalmente a doença dos cetrinos é a cochonilha, que é um insecto, e os pulgões, depois aparece a fumagina, que é um fungo que vai alimentar da segregação dessa cochonilha. Já estiveram cá peritos internacionais, começaram a fazer investigação, mas como compreenderão a investigação é um processo bocado longo, nem sempre encontramos resposta a curto prazo.

Indo depois à questão que tem a ver com roubos e animais soltos, quero aqui lembrar às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que existe uma lei que foi aqui aprovada nesta Assembleia, Lei n.º5/2022. O problema desta Lei é que ela não está a ser aplicada. Esta Lei prevê multas para os infractores, quer para aqueles que fazem furto de produtos agrícolas, quer para aqueles que fazem furto de animais ou de gados, quer para aqueles também que fazem outros tipos de furtos no meio rural. Infelizmente, a Lei não está a ser aplicada, e o problema do roubo hoje é bastante recorrente e grave. No nosso entender, é um problema que é já equiparado à questão de abuso sexual de menor. Portanto, é um problema de Estado. E como tal, ao nível do Ministério, vamos tentar levar uma medida, primeiramente, de disseminar a Lei. A Lei existe e paralelamente a esta Lei existe também um decreto que foi aprovado, que é o Decreto n.º 9/2021, que cria

os postos de controlo. Esses postos de controlo vêm no âmbito do Projecto da ECOFAC 6. É verdade que neste momento a Direcção da Floresta está sob a jurisdição do Ministério do Ambiente, mas ao nível do Ministério da Agricultura acompanhamos o processo. A Lei existe, simplesmente não está a ser aplicada, mas há condições para que possamos, juntamente com a Lei de Furto e esta Lei de Postos de Controlo, debelar ou mitigar a questão de roubo. Como sabem, esses postos de controlo existem em Cassuma, Milagrosa, salvo erro, na zona de Santa Clara, e a Lei previa a criação de pelo menos sete. Na altura, começou-se por construir cinco, dois chegaram ao fim, mas por falta de continuidade de política, esses postos de controlos estão abandonados à sua sorte. Neste momento, de acordo com o decreto-lei, é da responsabilidade do Ministério da Defesa e Ordem Interna, e penso que ao nível do Governo vai-se retomar esses postos de controlo, porque é preciso de facto controlar o roubo nas parcelas, e também para questões que têm a ver com o abate ilegal de árvores.

Ainda na esteira do debate na generalidade, a Sra. Deputa, penso que é Izilda Domingos, levantou aqui a questão de falta de apoio e preço elevado dos produtos agrícolas. Eu gostaria de dizer à Sra. Deputada que a questão do Ministério da Agricultura não tem muito a ver com a falta de apoio. Isso é uma retórica que os agricultores têm tido ao longo dos tempos, dizer que não têm apoio. Isso não é verdade. Os agricultores têm tido muito e muito apoio. O que acontece é que muitas vezes esses apoios não são de forma bem organizada e não muito bem estruturada.

Só para citar exemplo, nós a nível do COMPRAM já criámos várias associações e elas foram todas apoiadas com produtos. Estou a falar de sementes de batata, de cebola. Todas essas associações foram criadas ao nível do COMPRAM, com o apoio do Ministério da Agricultura. Estou a falar de Bom Sucesso, São Nicolau, Milagrosa, Monte Carmo, Água Casada e muitas outras. Elas têm recebido apoio de materiais, insumos e de certa assistência técnica. A título de exemplo, no âmbito do COMPRAM, prevê-se para este ano mais de 160 microproyectos, sendo 68 em São Tomé e 32 na Região Autónoma do Príncipe. Vamos reforçar associações desses locais que acabei de dizer com a componente microcrédito na cultura da batata doce e cebola, quer na Ilha de São Tomé, quer na Ilha do Príncipe. Também a questão de carne suína, de frango, tudo isso está previsto no âmbito do COMPRAM.

Isso para dizer que a questão não é falta de apoio, há muitos exemplos, mesmos os insumos são sempre subvencionados. Recebemos há pouco tempo alguns materiais e insumos, há insumos que estamos a subvencionar em mais de 50%. Só a título de exemplo, tenho aqui DX, que é muito utilizado, estava a preço de 800 dobras e vamos fazer a 400 dobras. Isso para dizer que o problema não é falta de apoio, mas é um problema de falta de organização e que de facto podemos caminhar para lá.

O aumento dos preços dos produtos, como ia dizendo, é uma questão da falta de organização. Ao nível do XIX Governo, pretendemos introduzir um sistema de organização e estabelecer um mecanismo para a estabilização de preço. Como havia dito na minha intervenção aquando da discussão do Orçamento na generalidade, queremos de facto organizar uma cadeia produtiva, que passa pela produção, distribuição ao mercado abastecedor até ao consumidor final.

Quero aqui recordar que no passado havíamos construído o Mercado de Penha, para que servisse de mercado abastecedor para o Mercado de Bôbô-Fôrro. O que se passou é o que sempre disse, falta de continuidade política. Temos uma visão para resolver os problemas, mas depois a visão é distorcida e não se consegue resolver o problema, e hoje estamos perante o mesmo problema que é estabilizar o preço. Isso passa pela criação de um mecanismo e pensarmos na nossa estratégia utilizar uma plataforma ou uma cooperativa de agricultores que vamos sediar, um local próprio que o Ministério também já escolheu, para que de facto possamos organizar esta cadeia de valor.

Porque o papel do agricultor é produzir lá no campo, queremos criar condições para que a plataforma ou a cooperativa possa ter condições de logística para ir buscar o produto no campo a um preço e depois revender para as palaiês.

Tenho estado a visitar o terreno e tenho estado a confrontar algumas associações que têm estado com alguma receptividade face ao modelo que estamos a querer desenhar, mas eles dizem: «mas a minha mulher também é palaiê». Digo que a mulher é palaiê, não há problema nenhum, toda gente pode ganhar na cadeia de valor. O que acontece hoje é que quer o produtor quer a palaiê se levantam muito cedo, vão ao Mercado de Bôbô-Fôrro, ficam lá e as palaiês sempre é que ditam os preços. E quando vêm que está a ficar tarde, às vezes vendem a sua mercadoria a qualquer custo e vão-se embora. Resultado, a parcela está abandonada e ganham pouco dinheiro. Queremos pôr termo a isso com uma organização de facto, porque só assim poderemos conseguir estabilizar o preço. Podemos dar insumos, subvencionar a agricultura, mas cada um pode vender ao seu preço.

O Departamento de agricultura está a trabalhar, porque para isso é preciso sabermos o custo unitário da produção de cada produto, para depois tentar encontrar um termo de responsabilidade entre o produtor e a cooperativa, para que depois as palaiês possam ir directamente, não ao campo, mas sim àquele mercado abastecedor e adquirir os seus produtos. Vamos tentar pôr em prática. A visão é essa, para que de facto possamos um dia estabilizar os preços. De outra forma, vai ser difícil.

A questão das casas sociais, não queria entrar muito, mas queria chamar atenção, penso eu, ao Sr. Deputado António Faleiro. Não sei se percebi bem a sua intervenção, mas disse algo, que não traz qualquer benefício à população. Para registar que as casas sociais, dependendo do ânimo, por exemplo no meio rural, não podemos esquecer que as pessoas são pobres. Trabalharam anos a fios, são filhos de descendentes de cabo-verdianos, angolanos, etc., que deram muito a este país e não têm possibilidade. É

por isso que temos a obrigação de oferecer um tecto a essas pessoas. Por exemplo, como disse na minha intervenção, há casos que terá que ser mesmo doações, porque só assim elas poderão ter motivação para continuar, lá no meio rural, a produzir. É preciso dar motivação, e para motivar não há nada melhor que habitação. O problema da gestão dessas habitações é outra coisa. A gestão obviamente terá que ser entregue ao Instituto Imobiliário, que tem que ter responsabilidade das casas sociais, mas há modelos de doações, de crédito, etc., etc.. É preciso sabermos separar o trigo do joio, porque a responsabilidade social existe e temos que olhar para o mundo rural de outra forma.

O Sr. Deputado Aleksander falou da estrada de Porto Real a S. Joaquim. Essa estrada não foi escolha do Governo Regional. No âmbito do PRIASA III, reunimos o Comité de Pilotagem, submetemos a proposta ao Governo Regional e este escolheu as estradas de intervenção. O Sr. Secretário Regional da Biosfera para Agricultura e Meio Ambiente, Júlio Mendes, e o Sr. Director-geral da Agricultura, participaram no encontro. Submetemos a proposta e o Governo Regional enviou, por escrito, a proposta das seguintes estradas: reabilitação, via Alto Camarão/Montalegre, conclusão S. Cristo/Abade, Ponte Barreto/Bela Vista, reabilitação da trilha da Terra Prometida a Ponta do Sol e Oquê Daniel/Cajamanga, reabilitação da pista Pincatê a Terra Prometida e Escola de Porto Real a Alto Camarão, isto no PRIASA, no COMPRAM ainda acresce 2,7 Km de Santo Cristo a Terreiro Velho.

Estamos a falar de mais de 12 Km de pista para a Região Autónoma do Príncipe, avaliado em quase 1 milhão de dólares.

Já para responder ao Sr. Deputado Delfim Neves, dizer que essas estradas serão todas em calçada, porque de facto não há melhor estrada para o meio rural, porque chove muito.

Sra. Deputada Celisa, para não ser repetitivo, obviamente que conheço os desafios de Monte Belo, Mendes da Silva e Quimpo. São estradas muito difíceis de transitar, mas compreenderá, como disse aqui o Sr. Ministro das Finanças e outros colegas, não se poderá fazer tudo.

A estrada de Água Izé/Claudino Faro será construída por completo, porque há dinheiro disponível. Sr. Deputado Ossáquio, não haverá problema. Se tudo correr bem, em princípio, as obras começarão no mês de Maio. Será uma estrada também em calçada.

Monte Belo, como ia dizendo, fica para uma outra fase, porque é difícil fazer tudo. Mesmo aquilo que estamos a preconizar para este ano vai ser difícil, porque o desafio vai ser enorme. A capacidade de absorção de investimento em São Tomé, como sabem, muitas vezes as empresas também não conseguem dar resposta, mesmo tendo dinheiro disponível.

O Sr. Deputado Teodorico Campos pediu alguns esclarecimentos, de facto há algum esclarecimento a fazer e tem toda a razão, o Projecto PAFAE, que é o Projecto de Apoio às Fileiras Agrícolas e Exportação, termina em Junho. Como é um projecto bastante importante, neste momento é dos poucos projectos que temos em curso que tem a ver com as fileiras de exportação de cacau, café e pimenta, e também a nova fileira de coco. Os agricultores estão organizados. A fileira de coco ainda é muito embrionária, só que o projecto está a chegar ao fim. Por isso aparece aqui no orçamento duas rubricas, uma para Portugal a outra para a União Europeia, 1006,1015, no código por órgão. A primeira para Portugal é porque estamos a negociar com o governo português um orçamento de ponte, para permitir que o projecto não pare. Se o projecto parar, as acções ficam paradas, o Sul fica com problemas, porque, por exemplo, esse projecto de coco está muito virado para o Sul, as coisas estão a correr bem, e não se pode parar.

Por isso, estamos aqui a negociar o Projecto Ponte, para a duração de um ano, porque o valor que está cá com a União Europeia já está a chegar ao fim. Daí que aparece essas duas rubricas que estamos a negociar com a União Europeia Projecto Ponte, para que daqui a um ano e meio consigamos introduzir o PAFAE II.

Pelos procedimentos da União Europeia, sabemos que dentro de 1 ano não vamos conseguir, apesar de que já existe uma nota concertada. Não vamos conseguir já o PAFAE II, daí a introdução do Projecto Ponte.

A questão do CIAT é uma questão transversal, quer CIAT quer CADR. Se conseguimos arrancar com alguns projectos que estão aqui inscritos, para além do COMPRAM Mais Alimento com o Japão, estão previstas as questões, quer de investigação quer de assistência técnica. Não há um projecto direcionado, mas são acções que são transversais a outros projectos e tem-se feito. Basta que haja alguma coordenação nesse sentido, entre a Direcção da Agricultura, a Direcção do CIAT, o próprio CADR e os respectivos projectos, é assim que temos estado a trabalhar.

Quanto à FAO, o único projecto que está cá é o recenseamento geral agrícola. É um projecto que já começa. Sabem que o recenseamento não é feito há mais de 30 anos, salvo erro desde 1991. Neste momento, já fizemos inquérito piloto e tudo indica que desde o mês de Junho, Julho, se a memória não me falha, vamos retomar o recenseamento propriamente dito. Engloba várias fazes e, se tudo correr bem, até Junho de 2026 iremos terminar o recenseamento agrícola. É um processo longo, obedece a algumas directrizes da FAO, tem módulos que têm que ser feitos e daí o processo ser um bocado longo, como disse. O financiamento está garantido, quer da União Europeia, quer da FAO, mas com maior fatia da União Europeia. Como sabem, a FAO é um parceiro normalmente de assistência técnica em pequenos projectos de investimento, não é de consultorias, delineamento de estratégias, concepção de documentos, etc.

Relativamente a outros projectos da FAO, de facto tem razão, alguns projectos da FAO não entraram no orçamento, mas depois essa situação será acautelada pelo Sr. Ministro das Finanças.

Sintetizando, Sra. Deputada Beatriz Azevedo, para dizer que é nossa pretensão não só olhar para as delegações de Caué e Lembá, como disse, mas para todas as delegações.

Como eu disse aquando da minha intervenção, não é possível desenvolver o serviço de agricultura sem serviço de proximidade de assistência técnica e extensão rural. Temos essa pretensão, infelizmente ficaram abandonadas por algum tempo, mas vamos tentar, paulatinamente, retomar de acordo com recursos disponíveis, para que de facto os agricultores possam beneficiar desse serviço.

Aplauso.

A Sra. Presidente: — Aproveito para informar que me vou retirar. Eu, os Srs. Deputados Lourenço Freitas e Eldímiro Manuel, e a Sra. Deputada Filomena Monteiro temos um compromisso, numa instituição, às 14 horas. E por hora ser hora, vamos estar lá às 14 horas.

Vou pedir ao Sr. Vice-Presidente Arlindo Barbosa para continuar os trabalhos. Vou pedir que continue hoje e também amanhã, antes de eu regressar da cerimónia de abertura do Ano Judicial.

Continuação de bom trabalho.

A Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher (Vera Cravid): — Boa tarde.

Amanhã vai haver abertura do Ano Judicial e, por ser uma actividade ligada à Justiça, não vou poder... quer dizer, o *timing* e depois o Sr. Primeiro-Ministro também estará, porque ele irá discursar na actividade. Temos este problema. A que horas começaremos amanhã, tendo em consideração que a Sra. Presidente estará presente na referida actividade e o Sr. Primeiro-Ministro tem direito a palavra naquela cerimónia?

A Sra. Presidente: — Já estive a ver isto ontem e na altura surgiram vozes dizendo que o Sr. Primeiro-Ministro não precisa estar na discussão e coisas dessas, que depois de terminar lá viria cá. Agora, tendo em conta que devemos estar todos lá e todos cá,...

Uma voz: — *Falou com o microfone desligado.*

A Sra. Presidente: — É justamente esta questão que lancei ontem, mas analisem, por favor, e depois passem-me a informação. Tenho que estar lá às 14 horas.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente, Arlindo Barbosa.

O Sr. Presidente (Arlindo Barbosa): — Sras. e Srs. Deputados, estamos pressionados pelo tempo, a hora combinada está prevista para as 14 horas, já são 13 horas e 30 minutos, só temos meia hora, pelo que gostava de pedir, tanto ao Governo quanto aos Srs. Deputados, a capacidade de síntese, para de facto cumprirmos o horário.

O segundo aspecto, tínhamos combinado o horário de início de amanhã. O Regimento prevê que a discussão na especialidade não pode ultrapassar os três dias, significa dizer que amanhã temos que terminar a reunião na especialidade, e não se esqueçam que antes da votação na especialidade é preciso o relatório de discussão na especialidade, e peço aos serviços desde hoje que começem a trabalhar nas alterações ou nas propostas que foram retidas pelo Governo, para que essas alterações, antes da votação das duas Propostas de Lei, sejam postas à consideração dos Srs. Deputados, para votarmos o relatório, e seguidamente iniciarmos a discussão e votação da Lei.

Não sei se ao nível do Governo há algum ministro que queira usar da palavra.

Tem a palavra a Sra. Ministra do Ambiente.

A Sra. Ministra do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável (Nilda Mata): — Tenho aqui duas questões que foram levantadas, uma que tem a ver com a requalificação de pontos turísticos.

Quero informar que, no quadro do Projecto WACA +, o Marco do Equador está contemplado, mas como também sabemos os nossos parceiros têm os seus procedimentos. Quer dizer que nos próximos meses serão estudos de viabilidade, de impacto ambiental e social, mas acreditamos que até finais deste ano os estudos estejam completos, para podermos começar os trabalhos. Mais concretamente o marco do Equador justifica-se, porque onde está realmente instalado convém sim sermos mais rigorosos, antes de começarmos com as obras.

Quanto à cascata de S. Nicolau, como já tinha feito referência, por se tratar de um investimento com, também não vou dizer que o valor é tão baixo assim, mas já estivemos a analisar e, como disse da outra vez, através do fundo do turismo, vamos ainda este ano trabalhar no sentido de melhorar a situação da Cascata de S. Nicolau. Os turistas vão lá, infelizmente no estado em que está, mas não é só para os turistas que vêm. Mesmo para nós nacionais, não vamos estar a limpar a casa só quando recebemos visitas. Queremos também estar bem na nossa casa, um ar saudável, limpo. Não é só porque temos os visitantes, como faziam antigamente as avós, guardavam as loiças e as toalhas. Era uma prática. Mas podemos muito bem, uma vez que trabalhamos para estarmos bem e usufruir do esforço que fazemos.

Relativamente ao porto turístico, de facto o Sr. Deputado tem razão, mas se trata de um investimento que vai exigir, sim, um valor considerável, mas isto é uma preocupação também do actual Governo. E enquanto não tivermos como fazer a obra, porque a ideia é aproveitarmos o pontão aí na Praça da

Independência, onde se faz a venda de peixe, os barcos que chegam. A ideia é aproveitar esse pontão, melhorar, nem que se estenda mais um bocado, mas isso leva algum tempo. Enquanto não for possível, ainda na Terça-feira, quando levantou a questão, porque já havia levantado esta questão, em conversa com o meu colega de Infra-estruturas, já articulamos no sentido de irmos ver de facto a actual situação e, em conjunto, os dois Ministérios, fazer obras de melhoria no porto, reabilitar as escadas.

De facto, quando o último cruzeiro esteve cá, pedi a um dos meus colabores que fosse lá ver realmente as condições, fez foto, enviou, e de facto há necessidade e é urgente fazermos obras de melhorias, principalmente nas escadas. Sabemos que por vezes há turistas com alguma mobilidade reduzida, e a actual situação não favorece muito. Há essa preocupação, mesmo as casas de banho precisam ser melhoradas. É preciso criar um centro de atendimento digno desse nome. O que existe actualmente é uma adaptação para dar resposta. E tendo em conta que, como vimos no ano passado, tivemos um número considerável de cruzeiros no País, tudo indica que este ano também, segundo informações que consegui obter através da Direcção Geral do Turismo, vai ter também o mesmo ou até um pouco mais em relação ao ano passado.

Através do Projecto WACA + está previsto, para partilhar aqui com os Srs. Deputados, cerca de 3 milhões de dólares para a reabilitação de alguns pontos. Já fiz referência ao Marco do Equador, não só na Ilha de São Tomé, mas também na Ilha do Príncipe. Esse levantamento está a ser feito, mas o Marco do Equador já está identificado, já estamos a trabalhar no estudo, como disse, para avançarmos.

Quanto à questão de resíduo, de novo levantada, como disse e bem o Sr. Deputado, trata-se de uma das competências das Câmaras, mas as Câmaras sozinha não vão conseguir dar resposta. É por isso, que desde ano passado, assim que assumi as funções como Ministra do Ambiente, tenho feito esforço para podermos apoiar as Câmaras. Só para dar aqui um exemplo, quando se estava ainda na fase de concepção do WACA +, recebi a equipa de coordenação do Projecto, que foi ter comigo e informar que há um valor para o Ministério do Ambiente. Orientei no sentido de o valor destinado ao Ministério do Ambiente ser utilizado para aquisição de mais equipamentos, já está em curso, já fizemos o termo de referência, já fizemos o levantamento das especificações, vai-se comprar agora dois camiões, cerca de 300 contentores, nesta primeira fase, para o Distrito de Água Grande. Não serão camiões de segunda, nem de terceira mão, vamos comprar camiões novos. Já houve vários projectos, ainda há pouco tempo tivemos aqui o Projecto REDIS, gastou-se uma fortuna, financiado pela União Europeia, mas compraram carinhas de segunda mão de marca branca e neste momento estão lá para Penha, onde fica o estaleiro da Câmara. Está quase tudo ali parado, os contentores sem roda. Há essa preocupação. Quanto ao valor que estava destinado ao Ministério do Ambiente, dei orientações para que comprássemos mais equipamentos para a Câmara de Água Grande, porque temos que reforçar.

Mas, há outro aspecto aqui que é fundamental, as Câmaras devem ter um centro de manutenção próprio dos seus equipamentos. Isso também está sendo acautelado, há parceiros interessados em trabalhar connosco, há uma associação, não sei se já ouviram falar, Associação do Chocolate, que tem a sua sede em França, também quer trabalhar connosco. Concretamente nesse aspecto de centro de manutenção dos equipamentos, eles irão trabalhar connosco, porque como sabemos quando há uma avaria no camião, oficina a), b), c), d), isso também não ajuda.

Portanto, há também essa necessidade de termos um centro de manutenção dos equipamentos. Tudo isto está a ser acautelado, é uma preocupação, é uma bandeira do XIX Governo, resolver de uma vez por todas a questão de resíduos.

O Sr. Presidente (Arlindo Barbosa): — Qual é o MINISTRO a seguir?

Se não há mais intervenções da parte do Governo, vamos continuar com as intervenções dos Srs. Deputados.

Continuo a insistir na capacidade de síntese, porque estamos pressionados mesmo pelo tempo.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Infra-estruturas.

O Sr. Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais (Nelson Cardoso): — Só para clarificar o Sr. Deputado Delfim, que falou sobre as pistas rurais. Foi dito pelo meu colega que elas serão todas em calçada, é de fácil execução e manutenção.

Falou dos terrenos abandonados, já falamos com a Direcção dos Serviços Geográficos e Cadastrais, já temos todo levantamento e em momento certo nos pronunciaremos sobre esses terrenos, mas já há levantamento feito.

A Sra. Deputada Alda Ramos falou relativamente a questão de drenagem na zona de Bombom e S. António. A zona de S. António, assim que retomarmos o Bairro Verde, está incluído para fazermos melhoria de drenagem neste sentido. O de Bombom é preciso que vá uma equipa fazer o levantamento e tentaremos tratar disso.

Sr. Deputado Raúl Cardoso, a questão de acesso à Assembleia Nacional já foi respondida pelo Sr. Ministro das Finanças, mas de qualquer forma, tendo em conta que é uma via que é alternativa que o empreiteiro está a utilizar, é da responsabilidade dele intervir neste troço.

Relativamente aos projectos 7057, 7219, ao se confirmar que na verdade há uma sobreposição, podemos sim, conforme sugeriu, canalizar aquela verba para o acesso à escola de Monte Café, que na verdade faz muita falta. O Sr. Deputado também falou sobre a água na Cidade Capital...

Vozes: — Cidade da Trindade.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais**: — ...está bem. Trindade tem a questão da captação de Cangá, que já fomos ver e a breve trecho já teremos o financiamento e vamos intervir. Também não é coisa de outro mundo, pelo facto de não ser um montante avultado.

Cidade Capital, há um projecto de reabilitação de toda a rede da Cidade Capital e este mesmo projecto vai abranger melhorias que se vai fazer na captação do Rio d' Ouro e na Água Morreira I.

O Sr. Deputado Wuando Castro falou do PINOT. Este instrumento é tão importante, mas até então as informações que tenho é que ainda não foi aprovado na Assembleia, mas este Governo vai tudo fazer para que ele venha à Assembleia e seja aprovado, até porque, para disciplinar todo e qualquer Governo que vier, para fazer as coisas como *il faut*. Então, é um instrumento, sim, que é bastante necessário.

Até para dizer que para fazer os trabalhos da rede de distribuição de água para a Cidade Capital, apoiamo-nos muito no PINOT, através do fornecimento de ortofotomapas, que era necessário, que o Gabinete pediu.

O Sr. Deputado Laudino falou sobre a questão de água de Santana. Além de estar em carga, há sim trabalhos de ligação domiciliar em curso, porque brevemente estará concluído.

Sr. Deputado Messias, quanto à situação de alvará, não vamos correr o risco de atribuir obras a empreiteiros que não estão habilitados para o fazer. A dado momento, se calhar vamos tentar encontrar um mecanismo para tentar ultrapassar, mas têm que ter alvará e ser habilitados para estar no mercado, até porque não vamos priorizar concorrência desleal.

A Sra. Deputada Beatriz Azevedo falou de melhoria de indicador do sector de água e saneamento. Sim, é um projecto interessante, que está a fazer as casas de banho, inclusive levar alguma higienização para as meninas, e não só. Este projecto não comporta apenas isso, comporta também levar água às escolas e postos sanitários. Onde não há depósito, vai-se construir reservatórios, no âmbito deste projecto.

Há uma última questão que tem a ver com o troço de Saton. Vai-se intervir no troço prioritário de Saton, que é o que leva combustível ao Aeroporto.

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Temos ainda nove inscritos,...

Murmúrios.

...vamos continuar.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Gostaria, antes, de dizer que estivemos aqui a analisar a questão de como lidar com agenda de hoje, uma vez que temos a situação do funeral e dissemos. Precisamos parar e analisar as coisas de forma descomplexada.

Discussimos o OGE uma vez por ano e vamos estar aqui a fazer isso a correr?

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Chê.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Não. Estou a usar o tempo do Grupo Parlamentar do ADI para reagir a esta situação. Não fiz no momento, porquê? Porque na verdade não temos como terminar esse trabalho às 14 horas, a não ser que a gente passe por cima de tudo e já não faça mais nada. No fundo é, não vamos mais discutir o Orçamento a partir de agora, corremos e às 14 horas vamo-nos embora. Só se for assim. Se quisermos de facto discutir o Orçamento, é complicado.

Para relembrar aos colegas da situação do orçamento da Assembleia Nacional. É preciso termos um tempo para analisarmos esta questão. Se calhar as pessoas não estão a lembrar-se, estão a se esquecer. Espero que se tome nota desse aspecto.

Fui ultrapassado em muitas questões, gostaria de agradecer o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD por me ter ultrapassado em algumas questões. O que é verdade é que já em algumas reuniões plenárias da Assembleia Nacional, em que tenho falado sobre a necessidade de olharmos para a situação de abastecimento de água à Cidade da Trindade, sem descurar outras localidades, mas aquilo na Trindade é uma espécie de SOS, as pessoas estão muito aflitas com essa situação, muito, mas muito aflitas.

Como já dizia o Sr. Deputado Raúl, toda gente vê Mé-Zóchi como uma zona onde grande parte dos rios, digamos águas, são canalizados. São canalizados para o centro do País, neste caso para a Capital, e a própria cidade da Trindade fica sem esse precioso líquido.

Outra questão, Sr. Ministro da Infra-estrutura, tem a ver com o troço de estrada Água Arroz/Almeirim, Bom-Bom/Caixão Grande. Não sei se é duplicidade ou não, mas é preciso ver isso. Se formos ver a situação da estrada de Pau Sabão a Cruzeiro, aquilo está numa situação lamentável. Não sei se vamos conseguir, no âmbito da aprovação do Orçamento, iniciar já as obras, para mitigar, digamos, essa situação. Caso não, estou a sugerir que se faça alguma intervenção urgente, no sentido de pelo menos tornar transitável aquela zona. Aquilo não dá para passar. Se calhar, quem tem aquele Jeep de alta cilindrada pode passar, mas quem tem o seu carro ligeiro, é só partir a mola, e não só, acidentes. Tem havido muitos

acidentes naquele troço, sobretudo o troço de Pau Sabão a Cruzeiro. Tem havido acidente constantemente. Daí que acho que há necessidade de fazermos alguma coisa, como uma espécie de obra de emergência, para fazermos uma intervenção, pelo menos para melhorarmos a situação.

A Sra. Ministra da Educação, ontem, fez referência, nós fizemos referência à Escola de Monte Café, ainda hoje o Sr. Deputado Raúl Cardoso falou disso, mas temos outra situação. Constrói-se de facto escolas, edifícios muito lindos, mas depois não pensamos na acessibilidade, ou seja, na via de acesso a essas relíquias.

Temos outro problema que já vai acontecer daqui a nada. Segundo a Sra. Ministra da Educação, a obra do Jardim de Santi, em princípio, está-se a fazer um esforço para terminar, e vai ser o mesmo problema, via de acesso.

Daí que estou a pedir aos Srs. Ministros da Infra-estrutura e das Finanças, para encontrarem uma forma de minimizar aqui também a questão de via de acesso, porque onde termina a estrada asfaltada que é Ubá Budo, até onde está o jardim, a estrada não está boa. E se voltarmos a inaugurar o jardim com a estrada nessas condições, aí Jesus.

Por isso, acho que seria bom que se fizesse algo para tentar ultrapassar e melhorar essa situação.

São esses dois aspectos que eu gostaria aqui de abordar.

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Espero que o Governo tenha retido as preocupações do Sr. Deputado.

Em relação à primeira parte da sua intervenção, espero que assim que chegarmos às 14 horas, possamos nos pronunciar outra vez sobre isso.

Nesse sentido, convido o Sr. Deputado José Maria Barros, para a sua intervenção.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Ministro das Infra-estrutura. Há um troço que está num estado deplorável, intransitável e tem mais ou menos um comprimento de 500 m, até admiro, as pessoas que lá vivem têm dificuldades tremendas de saírem da zona para a estrada. Estou a falar do troço Almeirim/Palha, 500 m.

Trago uma proposta, aliás, na sequência daquilo que disse o Sr. Ministro das Finanças, nesses 9 meses que faltam não iremos conseguir fazer tudo. Então, vamos tentar definir prioridades das prioridades. Nesse caso, proponho a possibilidade, é uma proposta, de retirarmos 20% do valor nas rubricas «6354», que tem a ver com a melhoria das instalações do Ministério das Finanças, e a rubrica «2380», que tem a ver com a reabilitação do edifício das Finanças. O valor de 20% dessas duas rubricas permitiria termos 2.933 milhões de dobras. Acredito que se optarmos pela construção em calçada, esse valor poderá chegar.

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Não sei se retive, os 2.933 milhões de dobras são para qual estrada?

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Almeirim/Palha.

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Penso que o Governo reteve a proposta, trata-se de duas rubricas; «6354 e 2380», são propostas concretas, por isso que alertamos para que o Governo se pronuncie.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quase que fui ultrapassado, mas mesmo assim fiz questão de vir cá tocar neste aspecto, porque é com alguma dor que eu vejo a Assembleia Nacional a discutir o orçamento do sector económico de forma acelerada.

Eu submeto-me à decisão da maioria, contudo, o sector económico é que faz a economia avançar. Depois daquilo que se obtém do sector económico, se distribui para o sector social.

É verdade que nós não temos como pedir ao Governo para incluir mais projectos no Orçamento, mas porque o OGE é discutido uma vez por ano, embora só 9 meses faltando, é necessário explicar à população o porquê de nós não termos a, b no Orçamento, para que ela fique descansada. É uma satisfação que o Governo tem que dar aos Deputados, em representação do povo, que também questionam.

Infelizmente, nós estamos a discutir o Orçamento a correr. Ontem, para o sector social, vimos o tempo que levamos. Mas ok, vamos como vamos.

A rubrica na página 47-68, o colega Deputado José António já fez referência, quanto à estrada Almeirim/Caixão Grande. A questão seria se se trata apenas de classificação ou se se trata de uma intenção de projecção. Se é classificação, é para correção. Se é projecção, então, há necessidade de reafectar parte deste valor a outras obras, como disse o Sr. Deputado Raúl Cardoso. Fez uma proposta concreta para a estrada para a Escola de Monte Café, o Sr. Deputado José António apresentou mais um elemento que dá acesso ao jardim da Trindade, mas está localizado em Santi, é meio de mato, e carros baixo não vai para aquele espaço. Eu acrescentaria, não tenho como pedir, mas há mecanismos. De vez

em quando, nas obras, há aquelas pedras de calçada que o Instituto Nacional de Estrada (INAE) acomoda num espaço. Eu não sei se pode transferir essas pedras para a Câmara Distrital de Mé-Zóchi, para fazer calçada de Trindade a Óbô-longo. Não, é Trindade/Cruzeiro/Óbô-longo. Há um viaduto, nós temos um viaduto em São Tomé, na Trindade. Há um viaduto entre a zona de Correios, que liga Morro à Trindade, Trindade/Morro, e há uma estrada, uma expansão da cidade e a construção vai dar a Riba D'oquê, e Riba D'oquê é uma comunidade bem povoada. Quando chove, é lama, quando é gravana, é pó em quantidade. Portanto, sobretudo no momento da chuva, aquilo é intransitável. Em via de calçada, é a minha proposta, não sei se podemos ajudar a Câmara neste sentido, ou se desta rubrica que estamos aqui a dizer, se for uma questão apenas de classificação, é possível acomodar ou, Sr. Ministro das Finanças, encontrar alguma possibilidade. Não é muito.

É verdade que, dos meus cálculos, pode distar 1 km, eu não pediria 1 km, sobretudo a zona de Óbô-longo, Riba D'oquê, são cerca de 200m, elo menos entradas, ia facilitar bastante essa comunidade. É uma comunidade densa, e é importante, Sr. Ministro.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Arlindo Barbosa): — Obrigado, Sr. Vice-Presidente da Assembleia, Deputado Abnildo d'Oliveira.

Continuamos as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. Deputado Conceição Moreno está ultrapassado, estamos a 2 minutos.

O Sr. Conceição Moreno (MLSTP/PSD): — Quem me está a ultrapassar é o Deputado Elákcio. Ele não me pode ultrapassar. Eu é que me ultrapasso.

Eu vou fazer a minha intervenção.

O Sr. Presidente (Arlindo Barbosa): — Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. Conceição Moreno (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia. Apresento os meus cumprimentos extensivos aos Membros da Mesa e extensivo também aos Deputados e Srs. Membros do Governo. Boa tarde.

Eu vim cá fazer uma intervenção, primeiro para o Sr. Ministro das Infra-estruturas. No que toca ao GIME, para mim Sr. Ministro, GIME é, sim, um projecto. Disse aqui não é um projecto de apoio social ou qualquer coisa. Para mim é sim. Porque quem analisa a base com que foi criado esse projecto, é precisamente para apoiar as famílias a ganharem algum dinheiro nessas atividades que vão fazendo. E para o Príncipe, nós temos uma vegetação bastante densa, e há uma tendência sempre de a vegetação invadir as estradas. E entendemos que o GIME faz um bom trabalho ao longo das suas actividades e ajuda bastante na abertura de vias para a gente poder passar, sim.

E eu, quando vinha, um determinado cantoneiro do GIME, chama-se cantoneiro do GIME, pediu para eu interpelar o Governo sobre o processo de demora dos pagamentos do GIME. Eu já vi, está inscrito aqui, mas fica registada esta intervenção, para que de facto o cidadão perceba que houve essa preocupação e que se levantou a questão.

Neste orçamento há uma rubrica que se relaciona com o Príncipe, mas quando vamos ver no conteúdo, se calhar, deve ser algum erro qualquer. Estou a falar do código 7070, que é construção de reservatório Conde, Guadalupe, mas no Distrito de Príncipe. Eu acho que deve ter havido algum erro e, no entanto, eu sei que não é para isto.

Sr. Ministro das Infra-estruturas, eu sempre levanto questões relacionadas com as infra-estruturas do Príncipe. Uma vez eu disse aqui que o Príncipe está envelhecido, algumas pessoas levaram a mal, por causa do estado em que se encontram as infra-estruturas. Eu concordo que faça estradas, que se recupere ou reabilite estradas, que estão bastante esburacadas, a calcetadas. Eu concordo. Se for para estar assim tão esburacadas, convém que se façam calcetadas, melhora bastante. Isto não implica que não haja a necessidade de requalificação das vias a betão betuminoso. Quem sai daqui para Guadalupe, quem vai a Lobata percebe a comodidade que tem ao andar numa via de betão betuminoso, e bem conservado. Tem bastante vantagem. É nessa perspectiva que nós entendemos que o Príncipe não pode se refugiar, em calcetadas, regra geral. Eu preciso também instalar empresas com capacidades para execução e implementação de betão betuminoso nas estradas, para poder, de qualquer forma, melhorar as rodovias do Príncipe.

Com relação ao projecto que tinha recebido aqui, agora sim recebi a lista do Governo, através daquilo que o Governo pretende implementar no Príncipe, eu quero deixar alerta aqui. O Sr. Ministro falou de construção de casas em Ponta do Sol, de facto eu vi já na lista. Mas o que se passa aqui...

Murmúrios.

...Sr. Deputado, eu estou a fazer uma intervenção e eu estou a falar de um assunto bastante pontual. Quem tem presa, não há problema, pode avançar, nós vamos continuar.

Obrigado pela vossa paciência.

Nós temos um problema. A questão de casas de Ponta do Sol, já houve dois incêndios, e nos dois incêndios não tivemos a capacidade de conseguir conter o fogo. Agora, eu aqui vejo aquisição de um carro de bombeiro na lista, eu acho que nós precisamos mais de um carro de bombeiro, e não de um caminhão bombeiro, tipo dos camiões que nós temos recebido, bastante cansado já, bastante usado. E é um caminhão muito pesado e com água, sabe que a cidade do Príncipe está no fundo e todas as outras localidades estão em cima. E esse caminhão não tem capacidade, porque a própria via de acesso não facilita. Eu acho que um carro de bombeiro de médio porte ajudaria bastante para qualquer caso que poderá surgir em termos de incêndio, para não consumir casas dos cidadãos.

Outra questão é o próprio aeroporto. O aeroporto do Príncipe não tem um carro de bombeiro funcional. Não tem. Fazem visitas às pistas de motorizadas, quando nós estamos a viajar. Como é possível? E os voos continuam normalmente, ninguém pode dizer nada, a luta continua. Não pode ser assim!

A questão de ambulância do hospital, se calhar para terminar, porque é muito cansaço, e é verdade que as pessoas estão aqui há bastante tempo. As vias de acesso que nós temos no Príncipe realmente precisam de uma intervenção bastante urgente. Não temos boas vias, e os carros danificam-se muito rapidamente. Eu penso que a compra de uma ambulância não é suficiente para o Príncipe, mas para já, se puder, uma ambulância é melhor que nada, mas para mim não é suficiente.

Quer dizer que, para as próximas actividades ou para a próxima planificação, que visse esta questão, para melhorar os serviços na Região Autónoma do Príncipe.

Sr. Ministro das Finanças, eu penso que se calhar hoje...

O Sr. Presidente (Arlindo Barbosa): — Já terminou a sua intervenção?

O Sr. Conceição Moreno (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o Ministério das Finanças está incluído no debate de hoje ou não?

Vozes: — Sim.

A Sra. Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN): — Está incluído, sim.

O Sr. Conceição Moreno (MLSTP/PSD): — Bom, agora sim, a questão de hora, ok. Se é questão de hora, parar.

Será que amanhã poderemos...

O Sr. Presidente (Arlindo Barbosa): — Eu farei uma proposta ao Parlamento.

O Sr. Conceição Moreno (MLSTP/PSD): — Pois, porque eu tenho assuntos relacionados com as Finanças.

Murmúrios.

O Sr. Presidente (Arlindo Barbosa): — Sr. Deputado, eu sou obrigado a tirar-lhe a palavra. Eu depois farei uma proposta, e é uma proposta daqueles que ainda estão inscritos poderão falar hoje ou amanhã.

O Sr. Conceição Moreno (MLSTP/PSD): — Muito obrigado, não há problema. Os assuntos do Príncipe que não poderem ser exposto hoje ficará para próximo.

O Sr. Presidente (Arlindo Barbosa): — Srs. Deputados, eu quero colocar outra vez esta questão. Eu comprehendo o Líder Parlamentar do ADI, mas eu fico numa situação um pouco complicada, e a própria Assembleia... É que este assunto que recoloco já foi decidido no período da manhã. Com as justificações que foram dadas aqui, o próprio Sr. Deputado que fez uma contra proposta na altura, retirou a sua proposta.

Tendo nós deliberado na minha opinião, não fica bom nós desautorizarmos a decisão que nós tomamos inicialmente, e recolocar a questão. Então, eu sugiro que nós de facto devíamos terminar as 14 horas, já são 14 horas e 7 minutos, há cinco Deputados inscritos para esta área que é área económica, que eu acho também muito importante.

A minha sugestão é que suspendamos a sessão hoje, e amanhã logo pela manhã esgotaríamos as intervenções dos cinco Deputados. Trataríamos a questão da Assembleia, que está pendente. Desde logo, peço ao Secretário-Geral, o Conselho de Administração e o Ministro tutelar, para que não abramos uma discussão outra vez sobre a Assembleia, e no quadro de bom senso podemos ultrapassar o orçamento da Assembleia.

Se concordam com esta sugestão, poderíamos suspender.

A Sra. Beatriz Azevedo (MSI/PS-PUN): — O Ministro não vai estar aqui?

O Sr. Presidente (Arlindo Barbosa): — Amanhã, na votação, os Ministros terão que estar.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MSI/PS-PUN): — É até à tarde.

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — A terceira questão que eu coloco é o horário do início das actividades de amanhã. Eu estou a fazer uma proposta, tendo em conta a actividade que vai decorrer na Justiça, o início para as 11 horas. Então, eu gostava que se pronunciassem sobre essas três questões. Poderíamos suspender, os Deputados manteriam as suas inscrições para amanhã e o Governo daria as repostas.

Podemos estar de acordo? Podemos ouvir os Líderes?

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente Abnildo d'Oliveira e depois gostaria de ouvir os líderes parlamentares, para nós não perdemos muito tempo em relação a isto.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Acolho com bom grado a proposta feita pela Mesa, pelo Sr. Presidente. No entanto, amanhã, nós temos a questão de votação, duas votações. Estamos a discutir os mapas anexos e os quadros, mas primeiro vamos fazer discussão da própria Proposta de Lei.

Então, isso vai consentir algum tempo, e sem falar da intervenção dos cinco Deputados, os inscritos, a resposta dos Ministros, mais Assembleia. Portanto, isso nos vai arrastar mais uma ou duas horas. A minha proposta ou contra proposta seria nós iniciarmos mesmo as 9 horas. O Sr. Presidente começa o trabalho. A Presidente da Assembleia, por uma questão solene, vai à cerimónia da abertura, nós começamos os trabalhos às 9 horas, e assim que nós fecharmos este debate dos mapas mais o orçamento da Assembleia, e também a discussão e votação na especialidade dos artigos, caso a Presidente e Primeiro-Ministro não estejam, suspendemos a reunião, para que eles estejam presentes na aprovamos final global.

Obrigado.

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Não tenho qualquer objecção. A minha dúvida é, porque foi dito aqui, parece que o Primeiro-Ministro estará, o Ministro das Finanças também estará. Então, a proposta está sobre a Mesa, e eu penso que é sobre isto que devemos pronunciar-nos. Mas antes eu gostaria de passar a palavra ao Líder Parlamentar, não sei se está ultrapassado.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Eu concordo com....

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Um momento, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Concordo com a proposta feita pelo Vice-Presidente Abnildo, no entanto, com uma ressalva. Nós não podemos discutir as Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado na ausência do Primeiro-Ministro. Podemos esgotar os debates, analisar o Orçamento da Assembleia Nacional e suspender.

A discussão da Proposta de Lei inicia-se e encerre-se com a presença do Primeiro-Ministro.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Obrigada, Sr. Deputado Delfim, por esta ajuda. Penso que esta proposta é mais justa. Não sei se o Vice-Presidente está de acordo.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Concordo plenamente.

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Então, eu gostava de agradecer a presença, uma vez mais, das Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado da Economia e Finanças**: — Pedimos desculpas por interromper, mas a Ministra do Ambiente queria fazer uma intervenção rápida.

A Sra. **Ministra do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável**: — É uma coisa rápida.

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Tem a palavra a Sra. Ministra.

A Sra. **Ministra do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável**: — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente e também obrigada, Sras. e Srs. Deputados.

É o seguinte: desde Segunda-feira, eu verifiquei que estamos aqui com muitas garrafas plásticas. Estamos a gastar muito dinheiro, aquilo que não temos para comprar água.

A nossa água da torneira é boa. Em minha casa, eu bebo a água da torneira, e os meus filhos também bebem. Então, decidimos comprar cantis, o Governo, e vamos oferecer a todos os Deputados. E depois poderemos até, em articulação, dotar a Assembleia de bebedores, nos lugares estratégicos, para nós sermos referência, dar exemplo, para que a população veja que há sim necessidade de nós reduzirmos o

uso de plásticos. Portanto, eu tenho aqui os cantis, eu vou oferecer pessoalmente à Mesa, mas depois vou pedir aos serviços da Assembleia que entreguem às Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigada, era esta a minha intervenção.

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Obrigado, Sra. Ministra. Proposta aceite.

Murmúrios e aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Sras. e Srs. Deputados, em jeito de conclusão, amanhã daremos início aos nossos trabalhos às 9 horas, com intervenção dos cinco Srs. Deputados que aqui foram anunciados...

Murmúrios.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Vamos ouvir.

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Vamos ouvir.

E seguir-se-á naturalmente respostas do Governo das áreas afins. Trataremos também da questão pendente em relação ao orçamento da Assembleia Nacional. Até lá, se não terminar a actividade da Justiça, suspenderemos a sessão. Com a vinda do Primeiro-Ministro, dos restantes membros do Governo e da Presidente da Assembleia Nacional, retomaremos, para aprovação da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano. Entendido?

Neste caso então, gostaria de agradecer a presença das Sras. e dos Srs. Deputados, por este aturado debate que nós tivemos hoje.

Agradecer também aos membros do Governo, ao povo, que está a nos escutar, aos Técnicos da Comunicação Social e da Assembleia Nacional.

Assim, declaro encerrada está reunião plenária.

Eram 14 horas e 15 minutos.